

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA NORMAL SUPERIOR
CURSO DE PEDAGOGIA**

**ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
Inquietações e Reflexões Sobre a Inclusão Escolar**

**MANAUS – AM
2021**

ANIELE CRISTINY VALENTE RIBEIRO

**ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
Inquietações e Reflexões sobre a Inclusão Escolar**

Monografia apresentada à Universidade do Estado do Amazonas - UEA como requisito final para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia. Sob a orientação da Professora Dra. Osmarina Guimarães de Lima.

MANAUS – AM

2021

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

R484e Ribeiro, Aniele Cristiny Valente
 Estágio na educação infantil : inquietações e reflexões
 sobre a inclusão escolar / Aniele Cristiny Valente Ribeiro.
 Manaus : [s.n], 2021.
 73 f.: color.; 29 cm.

 TCC - Graduação em Pedagogia - Licenciatura -
 Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2021.
 Inclui bibliografia
 Orientador: Lima, Osmarina Guimarães de

 1. Estágio. 2. Educação Infantil. 3. Educação
 Especial. 4. Inclusão Escolar. I. Lima, Osmarina
 Guimarães de (Orient.). II. Universidade do Estado do
 Amazonas. III. Estágio na educação infantil

Elaborado por Jeane Macelino Galves - CRB-11/463

ANIELE CRISTINY VALENTE RIBEIRO

**ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
Inquietações e Reflexões Sobre a Inclusão Escolar**

Monografia julgada adequada para
obtenção do título de Licenciada em
Pedagogia pela Universidade do Estado do
Amazonas.

DATA DA APROVAÇÃO: 04 de agosto de 2021

BANCA EXAMINADORA



Profa. Osmarina Guimarães de Lima (Orientadora)



Profa. Célia Aparecida Bettiol (Membro)



Profa. Joab Grana Reis (Membro)

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus que me proporcionou saúde e perseverança para continuar os estudos, à minha família que sempre me apoiou, minhas irmãs Alinne Queiroz e Arianne Valente, minha mãe Vera Valente principalmente, por nunca ter duvidado da minha capacidade e me manter financeiramente em outra cidade, meu pai Adelton que ajudou muito para que eu conseguisse concluir meu curso, minha parceira da vida Karyne Castro que esteve ao meu lado em todos os momentos.

Quero agradecer de uma forma mais que especial à minha Orientadora, Professora Dra. Osmarina Guimarães de Lima que mesmo eu duvidando da minha capacidade ela jamais duvidou e sempre me deu conselhos e força para continuar, esse percurso foi bastante desafiador e engrandecedor.

Agradeço muito os amigos que fiz na Universidade do Estado do Amazonas - UEA, não vou citar nomes porque não quero esquecer ninguém, mas vocês fazem parte da minha vitória e estaremos sempre juntos.

Por fim, quero agradecer a todos que fizeram parte de alguma forma. Ter chegado até aqui só mostra como Deus existe e é maravilhoso.

RESUMO

A presente monografia trata do Estágio na Educação Infantil e Inclusão Escolar. O objetivo geral da pesquisa foi contextualizar como tem sido construída a formação docente para a inclusão escolar a partir das vivências do Estágio na Educação Infantil. Teve como objetivos específicos: Compreender os aspectos teóricos e a legislação educacional relacionados à Educação Infantil, Educação Especial e Inclusão Escolar; Evidenciar como tem sido desenvolvido o Estágio Supervisionado na Educação Infantil e conhecer como a escola tem trabalhado a inclusão escolar. A pesquisa foi realizada em uma escola de Educação Infantil da rede pública do Município de Itacoatiara/Am. Participaram da pesquisa três sujeitos: a Coordenadora de Educação Especial da Escola; A professora da sala de aula comum e a professora da Sala de Recursos Multifuncionais. A abordagem qualitativa norteou a coleta e a análise dos dados. Como instrumento/técnica de coleta de dados utilizou-se a pesquisa bibliográfica, a análise documental e a pesquisa de campo por meio de questionário. Os resultados apresentam a contribuição do estágio para a formação docente no que se refere à inclusão escolar, mas também evidenciam as lacunas entre a legislação, os fundamentos teóricos e a realidade da inclusão escolar na escola investigada. Conclui-se que esse desencontro precisa ser superado, diante disso é necessário que a escola deixe de realizar apenas ações isoladas e desenvolva estratégias através de projetos apoiados pela Secretaria de Educação e pelas famílias. Sem essa parceria, o trabalho concentra-se no professor que sozinho pouco contribui para o desenvolvimento educacional das crianças público alvo da Educação Especial que se encontram em processo de inclusão em turmas da Educação Infantil na escola regular.

Palavras-chave: Estágio. Educação Infantil. Educação Especial. Inclusão Escolar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
1.1. Políticas Públicas: Educação Infantil e Educação Especial.....	11
1.2 Organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil.....	14
1.2.1 Currículo	15
1.2.2 A criança no contexto educacional.....	15
1.2.3 Condições necessárias à organização curricular	16
1.2.4 Relação escola-família na Educação Infantil	19
1.3. Educação Especial e Inclusão escolar: aspectos teóricos e legislação educacional.....	20
1.3.1 Educação Especial	20
1.3.2 Educação Inclusiva	21
1.3.3 Público-alvo da Educação Especial	22
1.3.4 Pessoa com deficiência	22
1.3.5 Direitos das pessoas com deficiência:	23
1.3.6. Atendimento Educacional Especializado – AEE	24
1.3.7 Sala de Recursos Multifuncionais	25
CAPÍTULO II – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	27
2.1. Natureza da Pesquisa	27
2.2 Etapas da Pesquisa.....	28
2.3 Caracterização da Pesquisa de Campo	29
2.4 Sujeitos da Pesquisa.....	29
2.5 Análise de Dados.....	29
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	31
3.1 Curso de Pedagogia: impressões iniciais e breves considerações sobre o percurso formativo	31
3.2. Vivências na Educação Infantil: Estágio em uma escola pública de Manaus	32
Apresentação Caderno de Campo.....	37
Atividades Realizadas na Sala de Aula.....	38
Atividades Realizadas no Plano de Ação	39
3.3. Inclusão Escolar na Educação Infantil: Estágio e Projeto de Pesquisa	43
3.3.1 Estágio no Programa de Gestão da Alfabetização – PGA/SEMED/ Manaus.....	43
3.3.2 Pesquisa de campo na Escola de Educação Infantil – SEMED Itacoatiara.....	48
a) A Escola.....	49
b) A Coordenadora da Educação Especial	49

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICE - A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	62
APÊNDICE - B - QUESTIONÁRIO PARA A COORDENADORA DA ESCOLA	63
APÊNDICE - C - QUESTIONÁRIO PARA A PROFESSORA DA SALA DE AULA COMUM	66
APÊNDICE – D – QUESTIONÁRIO PARA A PROFESSORA DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS	69

INTRODUÇÃO

Muitos são os desafios que cercam a educação. Consideramos que um dos maiores agravantes é a consolidação de uma escola inclusiva, pois a mesma visa atender a todos os alunos sem distinção de raça, cor, credo e principalmente, visa proporcionar-lhes um ensino que englobe seu desenvolvimento integral.

O presente estudo trata do Estágio na Educação Infantil e Inclusão Escolar. Sendo a problemática da pesquisa norteadora pela situação em que a partir do momento que a legislação determina que a escola deverá matricular na sala de aula comum do ensino regular todas as crianças que apresentam deficiências ou transtornos globais do desenvolvimento, observamos no Estágio na Educação Infantil a imensa dificuldade do professor para atender a essa determinação legal.

As dificuldades do professor da sala de aula comum para atender aos alunos público alvo da Educação Especial são inúmeras, dentre elas, destacamos a falta de formação especializada. E em alguns casos, o insuficiente apoio pela equipe pedagógica da escola, além da inexistência de condições quanto à estrutura física, equipamentos, mobiliário e materiais. Desse modo, a questão central da pesquisa apresenta-se da seguinte maneira: como tem sido construída a formação docente para a inclusão escolar a partir das vivências do Estágio na Educação Infantil?

As questões norteadoras que surgiram com esse tema são as seguintes: quais os fundamentos teóricos relacionados à Educação Infantil, Educação Especial e Inclusão Escolar e quais as leis de amparo? Como tem sido desenvolvido o Estágio Supervisionado na Educação Infantil? Como a escola tem trabalhado a inclusão escolar?

O interesse pelo tema é fruto das inquietações ao longo da trajetória de formação no Curso de Pedagogia, mais especificamente durante a Disciplina Educação Especial, o que se acentuou com a realização do estágio no Programa de Gestão da Alfabetização – PGA em uma sala de aula da Educação Infantil da escola regular que possuía alunos inclusos.

O objetivo geral da pesquisa foi contextualizar como tem sido construída a formação docente para a inclusão escolar a partir das vivências do Estágio na Educação Infantil. E os objetivos específicos se referiram a: Compreender os aspectos

teóricos e a legislação educacional da Educação Infantil, Educação Especial e Inclusão Escolar; Evidenciar como tem sido desenvolvido o Estágio Supervisionado na Educação Infantil e conhecer como a escola tem trabalhado a inclusão escolar.

O *lócus* da pesquisa foi, inicialmente, uma escola de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Manaus. No entanto, devido ao período de fechamento das escolas e da Universidade por conta da Pandemia de Covid-19 e, posteriormente, reabertura com aulas remotas, retornei para minha cidade natal, Itacoatiara, devido a questões econômicas e de preservação da saúde, tendo que paralisar a pesquisa.

A continuidade das atividades acadêmicas pela plataforma *on-line*, sem a necessidade de retornar a Manaus para estudar, contribuiu para redimensionar com a Orientadora da monografia o *lócus* da pesquisa, onde foi realizada a coleta de dados em uma escola pública da rede de ensino do município de Itacoatiara/Am. Os sujeitos da pesquisa foram: uma professora da Educação Infantil que trabalha em turma com alunos inclusos; a Coordenadora de Educação Especial da Escola e a professora da Sala de Recursos Multifuncionais.

A relevância da pesquisa concentra-se no fato de ser uma temática atual e de extrema necessidade para minha formação, para a escola e para todas as pessoas que tem em casa uma pessoa com deficiência ou transtorno global do desenvolvimento. Além disso, nossa perspectiva é que o contato com a Escola por meio da coleta de dados tenha contribuído de alguma maneira para reacender reflexões e práticas já vivenciadas por essas professoras nos cursos que informaram ter participado sobre a inclusão escolar.

O trabalho está estruturado em capítulos. No primeiro capítulo apresenta-se a parte principal da fundamentação teórica, com os seguintes aspectos: Políticas Públicas: Educação Infantil e Educação Especial: Organização do trabalhopedagógico na Educação Infantil; Educação Especial e Inclusão escolar: aspectos teóricos e legislação educacional.

No segundo capítulo, aborda-se a metodologia utilizada, a qual constituiu-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, de natureza qualitativa. Como técnica/instrumento para a coleta de dados empíricos foram utilizados questionários contendo perguntas abertas e fechadas às entrevistadas.

No terceiro capítulo, apresenta-se os resultados das vivências nos Estágios (Supervisionado I e no Programa Gestão da Alfabetização-PGA) na Educação Infantil, além dos dados da pesquisa realizada na Escola do município de Itacoatiara/Am.

CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesse primeiro capítulo da monografia apresentamos os resultados da pesquisa bibliográfica e documental acerca das questões teóricas e da legislação educacional que envolvem a Educação Infantil, a Educação Especial e a Inclusão Escolar.

1.1. Políticas Públicas: Educação Infantil e Educação Especial

A abordagem das políticas públicas destinadas à Educação Infantil e à Educação Especial encontram amparo na Constituição Federal de 1988, bem como em uma variedade de documentos nacionais quanto ao direito à educação e a responsabilidade do Estado com a organização dos sistemas de ensino para atender aos objetivos da escolarização de crianças, jovens e adultos no contexto mais amplo da educação no País.

Nesse sentido, o Art. 205 da Constituição Federal destaca que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Para além da Constituição Federal, o direito à educação está reforçado no Art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDB 9394/96):

Art. 2º. “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996).

A respeito desse Art. 2º da LDB 9394/96, Mubarak Sobrinho (2014, p. 05) faz a seguinte análise:

Inspirado na constituição de 1988, o artigo 2º⁷ apresenta uma dinâmica que dificilmente se efetiva na prática. O dever de educar da família e do Estado, numa sociedade com problemas de dimensões tão amplas como os vividos no Brasil, acaba por não se efetivar uma vez que a Educação Infantil não é realmente considerada uma prioridade pelo Estado e a família, principalmente nas classes mais pobres, não conseguiu ainda, esboçar um processo de reivindicação deste atendimento enquanto um direito social (MUBARAC

SOBRINHO, 2014, p 05).

Os documentos norteadores da educação mostram que ela é um direito de todos, mas para que isso realmente seja exercido dentro do nosso meio social é necessário que Estado, família e comunidade assumam as suas responsabilidades para fazer com que essa educação ocorra de fato com qualidade.

Fazendo uma análise geral da Educação Infantil na LDB 9394/96, Mubarak Sobrinho (2014, p. 04) nos esclarece que:

Em relação à Educação Infantil, podemos destacar que de modo geral o conteúdo da atual LDB, representou poucos avanços e em alguns casos pode ser considerado como um retrocesso. Ao analisar alguns de seus artigos, clareiam-se as intenções e perspectivas em relação a este nível de ensino, revelando-se conseqüentemente que a “infância no papel é um direito de papel”.

Retornando à Constituição Federal, observamos a existência de outro destaque sobre o direito à educação, assegurado no Art. 208, para os alunos da Educação Especial no que se refere à oferta de um trabalho pedagógico especializado, ao qual, “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).

Desse modo, todo aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação têm direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) e ser incluído na sala de aula comum da rede regular de ensino, tendo como suporte ao seu atendimento e acompanhamento escolar profissionais que sejam habilitados nessa área da educação, além de um conjunto de materiais, equipamentos e estrutura física adequada.

Vale ressaltar que durante o período de formação na Universidade trabalhei no Programa de Gestão da Alfabetização (PGA – SEMED) como estagiária em uma Escola Municipal de Educação Infantil da cidade de Manaus. A partir dessa vivência, tive a oportunidade de interagir com uma criança com transtorno do espectro do autismo, contudo, não havia um treinamento ou formação especializada para trabalhar com essa realidade, o que me levou a buscar aprendizagem, observando o cotidiano com a professora regente da turma.

Levando em consideração que a Constituição Federal assegura a todos o direito a uma educação de qualidade e de acordo com a necessidade de cada um, é

possível notar que na prática isso está longe de existir. Enquanto o Governo não investir em profissionais especializados e espaços apropriados, a educação continuará sendo deixada de lado. Ainda no mesmo Artigo encontramos amparo legal para outros aspectos da Educação Infantil:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade (BRASIL, 1988).

É possível notar a obrigatoriedade do governo em oferecer educação de qualidade a todos os cidadãos com idades entre 4 e 17 anos, inclusive os que estão fora da série correta de acordo com a idade. Através da experiência dos Estágios e leituras ao longo da graduação, observamos que muitos adultos iniciaram os estudos e não concluíram devido a problemas pessoais, como a necessidade de trabalhar para sobreviver ou mulheres que engravidaram cedo, como também aqueles que passaram a morar em localidades distantes das escolas. Outra situação mais grave são as pessoas que nunca tiveram acesso à escola na infância, na adolescência e nem na idade adulta. Dessa maneira, podemos destacar que essa oportunidade para todos, infelizmente, não acontece conforme é previsto por lei.

Sobretudo, ao que se refere à Educação Infantil, na escola em que o Estágio Supervisionado I ocorreu, as turmas eram formadas por uma média de 20 alunos, sob a responsabilidade de apenas uma professora.

Pensando em qualidade da educação podemos ressaltar que a merenda escolar e as diversas atividades psicomotoras trabalhadas por meio da ludicidade são os pontos positivos desse momento da educação. Por outro lado, a precariedade de espaço físico para atividades fora da sala de aula era um desafio enorme para os professores da escola, tendo em vista que as salas eram localizadas no segundo andar do prédio, dificultando o deslocamento dos alunos, vale ressaltar que o prédio é alugado e foi adaptado para uma escola.

Durante o nosso cotidiano, diariamente são noticiados casos de desvio de verbas públicas e ao analisarmos o prédio em que a escola se localiza é impossível não relacionar com essa situação, porque essas salas adaptadas e os outros espaços que são muito pequenos, sem área ao ar livre, atrapalham o trabalho do professor.

Sobre o financiamento da educação, podemos destacar o Art. 211 da Constituição Federal, onde explica a respeito da organização do ensino de qualidade na esfera Municipal e Estadual:

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios (BRASIL, 1988).

O governo federal tem responsabilidade financeira e material, assim podendo desenvolver uma educação e assegurando aos Estados e Municípios condições para um ensino de qualidade, uma vez que a realidade vista nas escolas é bem diferente, onde falta tanto estrutura física como material para se desenvolver um trabalho de qualidade.

O Art. 227 da CF declara a assistência que deverá ser dada às crianças, aos jovens e adolescentes através de programas governamentais, diante disso

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 1988).

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar os direitos das crianças, dos adolescentes e dos jovens no que se refere à saúde, à educação, à cultura, ao respeito, à liberdade e colocá-los a salvo de todas as situações perigosas. Porém, a lei existe para ser cumprida, mas nem sempre isso acontece, esse papel muitas vezes fica por conta da escola, da família ou de ninguém. Existem muitas crianças, adolescentes, jovens e adultos fora das escolas por diversos motivos e essa estatística só aumenta em bairros periféricos, é possível observar que a teoria é bem clara, mas na prática isso não equivale.

1.2 Organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil

A organização do trabalho pedagógico tem como função qualificar o ensino e a aprendizagem, facilitando a vida escolar dos alunos, assim fazendo com o que os

mesmos identifiquem as atividades e aprendam a respeitar rotinas pedagógicas. Tais práticas são efetivadas por meio de relações sociais que as crianças desde bem pequenas estabelecem com os professores e com as outras crianças e afetam a construção de suas identidades.

1.2.1 Currículo

No documento Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais da Ed. Infantil (2009) temos a seguinte explicação:

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico (BRASIL, 2009, p.06).

O currículo da Educação Infantil é baseado em experiências adquiridas dentro e fora da sala de aula, como no ambiente familiar e escolar, essas interações são levadas em consideração, assim como a convivência na sala de aula com o professor e com os colegas de turma.

1.2.2 A criança no contexto educacional

No documento Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (2009) os direitos das crianças no processo educacional devem se relacionar com as metas planejadas pela escola:

A criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas a ela disponibilizadas e por ela estabelecidas com adultos e crianças de diferentes idades nos grupos de contextos culturais nos quais se inserem. Nessas condições ela faz amizade, brinca com água ou terra, faz-de-conta, deseja, aprendi, observa, conversa, experimenta, questiona, constrói sentidos sobre o mundo e sua identidade pessoal e coletiva, produzindo cultura (BRASIL, 2009, pág.6).

A criança é o sujeito no qual é necessário pensar e procurar oferecer-lhe qualidade de vida. No que diz respeito ao desenvolvimento tanto na educação como social essa criança tem que ser respeitada e principalmente assistida conforme suas necessidades.

Sobre a organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil, Mubarak Sobrinho (2014, p. 2) destaca o seguinte:

As Especificidades do Trabalho Pedagógico no que se refere à Organização da Educação Infantil é de suma importância, pois é justamente neste nível de ensino, que um número significativo de crianças passa a conviver no universo escolar, “deixando” seus lares, pais e suas brincadeiras para começarem uma “nova” etapa na sua vivência, que de forma direta, vai estabelecer modos de vida um tanto divergentes daqueles que faziam parte dos cotidianos das crianças, antes de entrarem nas instituições de ensino.

O trabalho pedagógico necessita de um olhar mais cuidadoso já que é através dele que as crianças são introduzidas no universo escolar, é necessário que os educadores estejam sempre se atualizando e organizando o seu trabalho, sempre apoiados pelos órgãos educacionais e pela equipe pedagógica da escola.

1.2.3 Condições necessárias à organização curricular

As crianças são inseridas no mundo dos direitos humanos e são definidos não apenas o direito fundamental da criança à provisão (saúde, alimentação, lazer, educação lato senso) e à proteção (contra a violência, discriminação, negligência e outros), como também seus direitos fundamentais de participação na vida social e cultural, de ser respeitada e de ter liberdade para expressar-se individualmente. Esses pontos trouxeram perspectivas orientadoras para o trabalho na Educação Infantil e organização curricular.

De acordo com o documento Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (2009, p.09), “os direitos da criança constituem hoje o paradigma para o relacionamento social e político com as infâncias do País”. Essa organização da Educação Infantil é bem recente no Brasil e se fez necessária quando os movimentos sociais, o trabalho de pesquisadores e outras frentes de luta em favor dos direitos das crianças ganharam espaço nas leis. Pois, até então o ambiente destinado aos pequeninos era visto apenas como uma ocupação para as crianças, sem nenhum tipo de preparo pedagógico dos profissionais que atuavam.

O currículo como está organizado na atualidade busca assegurar o direito das crianças a um ensino de qualidade e, principalmente, agregando com o futuro educacional dessa criança. Sobre o período em que não havia escolas infantis, Mubarak Sobrinho (2014, 03) nos explica que:

Com o advento do período de implantação das indústrias no Brasil, as famílias que trabalhavam em casa como “Artesãos” ou em outros “ofícios”, não tendo como competir com a produção industrial, tiveram que se adaptar a essa nova realidade de mercado, deixando a estabilidade dos seus lares, para trabalharem como assalariados nas fábricas, enfrentando outro modo de sobrevivência, o que provocou assim, uma desestruturação familiar e social, pois com a necessidade dos pais ou responsáveis de trabalharem fora, as crianças maiores assumiram papéis que até então não eram seus, os de “cuidarem” dos menores, ou em alguns casos, ficavam ambos perambulando nas ruas, o que, na literatura da área, aponta-se como uma das questões para o surgimento das instituições de atendimento e das escolas infantis.

Ao tratar dos aspectos históricos referentes à educação das crianças brasileiras no passado, Mubarrac Sobrinho (2014, p. 04) diz que:

No final do século XIX, sob influência americana e europeia, chegou ao Brasil o Movimento da Escola Nova, que apesar das diversas críticas existentes em relação aos chamados “Jardins-de-infância” de concepção Froebeliana, representaram as primeiras iniciativas de institucionalização da educação para as crianças menores de sete anos, porém com um caráter totalmente elitista.

Voltando a falar do trabalho pedagógico na Educação Infantil, identificamos no documento Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (2009, p. 9) que:

As instituições de Educação Infantil devem assegurar a educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo. As práticas pedagógicas devem ocorrer de modo a não fragmentar a criança nas suas possibilidades de viver experiências, na sua compreensão do mundo feita pela totalidade de seus sentidos, no conhecimento que constrói na relação intrínseca entre razão e emoção, expressão corporal e verbal, experimentação prática e elaboração conceitual.

A organização curricular é um cumprimento de lei, que garante aos alunos os direitos de ter um atendimento digno e uma educação de qualidade. Diante disso, seguem as cinco principais condições para a organização curricular proposta no documento Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (2009, p. 9)

1- As práticas envolvidas nos atos de alimentar-se, tomar banho, trocar fraldas e controlar os esfíncteres, na escolha do que vestir, na atenção aos riscos de adoecimento mais fácil nessa faixa etária, no âmbito da Educação Infantil, não são apenas práticas que respeitam o direito da criança de ser bem atendida nesses aspectos, como cumprimento do respeito à sua dignidade como pessoa humana.

A escola possui a obrigação de cuidar de suas crianças, não o deixando correrem riscos acidentais, alimentando-as corretamente e principalmente zelando por sua saúde. A escola não pode se prender somente com a educação, mas sim com integridade física da criança, com respeito à dignidade de cada uma como pessoa.

Em seguida, temos a segunda condição, recomendando que “2 - O combate ao racismo e às discriminações de gênero, socioeconômicas, étnico-raciais e religiosas deve ser objeto de constante reflexão e intervenção no cotidiano da Educação Infantil (2009, p.10)”. O processo de interação ao meio em que a criança vive, agrega de uma forma primordial, pois é através disso que a mesma consegue criar sua identidade social, cultural. A criança jamais poderá ser privada dessa interação, ressaltando a grande relevância em se valorizar seu conhecimento prévio.

3 - As instituições necessariamente precisam conhecer as culturas plurais que constituem o espaço da creche e da pré-escola, a riqueza das contribuições familiares e da comunidade, suas crenças e manifestações, e fortalecer formas de atendimento articuladas aos saberes e às especificidades étnicas, linguísticas, culturais e religiosas de cada comunidade (2009, p. 11).

O reconhecimento da constituição plural das crianças brasileiras, no que se refere à identidade cultural e regional e à filiação socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa, é central à garantia de uma Educação Infantil comprometida com os direitos das crianças. Ou seja, as instituições precisam levar em consideração as vivências, culturas, religiões, condições financeiras e sociais que cada aluno tem, pois, entendendo isso podem articular aos saberes certa especificidade.

Como quarta condição para a organização curricular é previsto que “4 - A execução da proposta curricular requer atenção cuidadosa e exigente às possíveis formas de violação da dignidade da criança” (2009, p. 12).

O respeito à dignidade da criança como pessoa humana, quando pensado a partir das práticas cotidianas na instituição, tal como apontado nos Indicadores de Qualidade na Educação Infantil (2018) elaborados pelo Ministério da Educação - MEC, requer que a instituição garanta a proteção da criança contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – ou negligência, tanto no interior das instituições de Educação Infantil como na experiência familiar da criança, devendo as violações serem encaminhadas às instâncias competentes, como por exemplo, delegacias

especializadas.

É dever da escola como um todo garantir a integridade tanto física assim como mental das crinaças, não somente dentro do espaço escolar, mas em todo lugar que a mesma vive. Esse direito da criança está previsto nas leis educacionais e reforçado o que está documentado nos Indicadores de Qualidade na Educação Infantil (2018), ou seja, as obrigações não devem ser articuladas apenas no âmbito escolar, mas é necessário que elas se estendam ao convívio social e familiar.

A quinta e última condição necessária à organização curricular diz respeito ao seguinte “5 - O atendimento ao direito da criança na sua integralidade requer o cumprimento do dever do Estado com a garantia de uma experiência educativa com qualidade a todas as crianças na Educação Infantil “(2009, p. 12).

As instituições de Educação Infantil devem tanto oferecer espaço limpo, seguro e voltado para garantir a saúde infantil quanto se organizar como ambientes acolhedores, desafiadores e inclusivos, plenos de interações, explorações e descobertas partilhadas com outras crianças e com o professor.

As escolas, em sua maioria, são espaços adaptados, ou seja, não são ambientes apropriados para atender esse público, pois requer mais estrutura. Grandes partes desses lugares possuem escadas e não tem corrimão, os banheiros não estão em quantidades suficientes para suprir a necessidades de todos, além das salas serem pequenas e desconfortáveis. Portanto, a educação ofertada e a estrutura geral das escolas ainda não estão cumprindo 100% do que dizem os documentos norteadores da Educação Infantil.

1.2.4 Relação escola-família na Educação Infantil

A relação escola-família sempre foi algo a ser discutido, uma vez que é entendida a sua importância no desenvolvimento da criança:

A relação deve ocorrer em conjunto com o trabalho com as famílias requer que as equipes de educadores as compreendam como parceiras, reconhecendo-as como criadoras de diferentes ambientes e papéis para seus membros, que estão em constante processo de modificação de seus saberes, fazeres e valores em relação a uma série de pontos, dentre eles o cuidado e a educação dos filhos (BRASIL, 2009, p. 11).

O importante é acolher as diferentes formas de organização familiar e respeitar

as opiniões e aspirações dos pais sobre seus filhos. Nessa perspectiva, os professores e a família devem compreender que, embora compartilhem a educação das crianças, exercem funções diferentes destas.

As famílias devem esquecer que a educação é somente feita nos espaços escolares, pois tudo começa no âmbito familiar, a escola sim precisa firmar essa parceria com a família e agregar essa aprendizagem. A escola precisa respeitar as especificidades, valores e saberes trazidos de suas famílias.

Vale ressaltar que a educação é um trabalho em conjunto entre a família, sociedade e a escola que deverão andar de mãos dadas com o único propósito de integrar a criança ao meio social e de formar cidadãos críticos para que tenhamos uma sociedade articulada, valorizando as suas especificidades e suas singularidades no que diz respeito aos saberes populares, costumes familiares, dentre outros.

1.3. Educação Especial e Inclusão escolar: aspectos teóricos e legislação educacional

Antes de debatermos sobre qualquer questão que envolva a Educação Especial e a Inclusão Escolar consideramos importante destacar conceitos e direitos dessas pessoas abordados nos documentos nacionais.

No que abrange as questões conceituais e legais do trabalho pedagógico nas escolas com alunos público alvo da Educação Especial, é de total relevância que saibamos compreender os seguintes termos:

1.3.1 Educação Especial

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 destaca que:

Art. 58º. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) (BRASIL, 1996).

Considerando a vivência nos vários Estágios do Curso, observamos que nas escolas municipais e estaduais existe uma diversidade de crianças com deficiência, algumas com necessidades bem específicas como usuário de cadeira de rodas, que

não dispõem de rampas nas escolas para se locomover, criança com transtorno do espectro do autismo que não possuem professores com formação especializada, além de outros casos.

1.3.2 Educação Inclusiva

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), podemos destacar que:

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008, p. 01).

Beyer (2006, p. 86) faz uma breve retrospectiva histórica para explicar o processo de construção do conceito de educação inclusiva:

[...] A educação inclusiva surgiu, ou, melhor posto, evoluiu como conceito e proposta institucional, ao longo dos anos 90, particularmente com os avanços provocados pelos dois encontros internacionais, que marcaram as discussões correspondentes. Esses encontros foram a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, e a Conferência Mundial de Educação Especial, realizada em 1994, em Salamanca, na Espanha [...].

Dessa maneira, destacamos na íntegra o que prevê um dos trechos importantes da Declaração de Salamanca:

a) Todas as crianças, de ambos os sexos, têm direito fundamental à educação e que a elas deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de conhecimentos; b) Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios; c) Os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades; d) As pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns, que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades; e) As escolas comuns, com essa orientação integradora, representam o meio mais eficaz de combater atitudes

discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e dar educação para todos (1994, p. 67).

A educação inclusiva é a forma de garantir o direito de todos à igualdade, é garantir que cada aluno tenha suas necessidades respeitadas e assistidas da melhor e mais completa forma, sem nenhuma discriminação ou preconceito.

1.3.3 Público-alvo da Educação Especial

De acordo com o documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o Público alvo da Educação Especial é constituído por:

Considera-se **pessoa com deficiência** aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os **alunos com transtornos globais do desenvolvimento** são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. **Alunos com altas habilidades/superdotação** demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (BRASIL, 2008, p.09.).

A Educação Especial faz parte da educação geral e está voltada para pessoas com alguma deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Preferencialmente matriculadas em instituições de ensino regular ou ambientes especializados, com estruturas físicas e didáticas adequadas.

1.3.4 Pessoa com deficiência

De acordo com Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. A inclusão desses alunos no ensino regular é a certeza do desenvolvimento escolar e social dessa criança no âmbito de cidadão (BRASIL, 2015).

Antes a caracterização de pessoa com deficiência era tida apenas com o laudo médico, hoje essa abordagem é muito mais completa, pois é levada em conta não somente o diagnóstico clínico, mas a interação social com as demais pessoas, para que possa desenvolver essa relação e ocorra um progresso social na vida dessa criança. Sobre a relação laudo médico e direito à educação para o público alvo da Educação Especial, a Nota Técnica nº 04/2014/ MEC explica não ser obrigatório esse documento para a matrícula na escola regular:

[...] não se pode considerar imprescindível a apresentação de laudo médico uma vez que o AEE se caracteriza por atendimento pedagógico, e não clínico. Assim, exigir diagnóstico do estudante para declará-lo público-alvo da educação especial e, desse modo, garantir-lhe o atendimento de suas especificidades educacionais, é impor barreiras ao seu acesso aos sistemas de ensino, configurando-se em discriminação e cerceamento de direito (BRASIL, 2014, p. 3).

Ressaltamos com isso um avanço importante nas políticas públicas de inclusão escolar, pois a escola pode ajudar a família no encaminhamento da criança aos órgãos responsáveis pela avaliação, acompanhamento médico e psicossocial. Enquanto que anterior à publicação dessa Nota Técnica a família fazia o caminho inverso, pois precisava do laudo para a matrícula na escola.

1.3.5 Direitos das pessoas com deficiência:

Destacamos os direitos das pessoas com deficiência de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência:

Art. 27º. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação (BRASIL, 2015).

É dever de todos assegurar a todas as pessoas o direito a uma educação de qualidade, moradia digna e principalmente respeito e oportunidades para se desenvolverem como cidadãos comuns.

1.3.6. Atendimento Educacional Especializado – AEE

Conforme o Decreto 7611/2011, o Atendimento Educacional Especializado

-

AEE:

É o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas: I - complementar a formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2011).

Nas Diretrizes Curriculares Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial - Resolução nº 4/2009, encontramos o seguinte:

São dimensões do Atendimento Educacional Especializado, devendo estar articuladas com o Projeto Político Pedagógico da escola: I – a Língua Brasileira de Sinais (Libras); II – o Sistema Braille; III – a orientação e mobilidade; IV – a tecnologia assistiva; V – a informática educativa; VI – o enriquecimento e a flexibilização curricular e/ou estimulação de habilidades; VII – as atividades de vida autônoma e social, entre outras (BRASIL, 2009, Art.26).

O AEE é visto como atividades que agregam recursos para o auxílio nesse aprendizado direcionado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Quanto ao funcionamento do AEE, a norma estabelecida pela Resolução nº 4/2009 diz que “o AEE é realizado prioritariamente na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou de outra escola, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns” (BRASIL, 2009).

Na escola onde atuei como estagiária do PGA foi possível notar a falta desses recursos, atividades e serviços. Uma vez que não tinham profissionais capacitados, nem espaços direcionados a essas atividades, ou seja, faltavam todas as condições para realizar um ensino adequado. O máximo que a professora conseguia fazer de atividades diferenciadas para essas crianças era pintura e exercícios mais fáceis com relação às outras crianças, às vezes essas atividades nem correspondiam à mesma série em que a criança estava matriculada.

Ainda segundo o Decreto 7611/2011, são objetivos do Atendimento Educacional Especializado - AEE:

Art. 3º São objetivos do atendimento educacional especializado: I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes; II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2011).

Lembrando que, dentro da SEMED Manaus há o Bloco Pedagógico, constituído pelos três primeiros anos do Ensino Fundamental, em que o seu principal objetivo é alfabetizar os alunos até os 8 anos de idade, o que impede que os professores retenham alunos por conta de suas dificuldades ou não desenvolvimento pleno da aprendizagem, ou seja, as crianças público alvo da Educação Especial que não tenham aprendido a ler ou desenvolvido suas aprendizagens não podem ser retidas, passando para as demais séries. Assim, sem o AEE na Escola do PGA, o trabalho das professoras dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil, como também o meu trabalho como mediadora junto à criança com transtorno do espectro do autismo pouco resultado alcançou.

1.3.7 Sala de Recursos Multifuncionais

As Salas de Recurso Multifuncionais são importantes mecanismos para eliminar barreiras que dificultam o aprendizado dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, ao complementar o processo de ensino da sala de aula comum. Existem dois tipos de salas de recursos multifuncionais: “O tipo 1 tem uma estrutura básica capaz de atender a qualquer deficiência e a sala do tipo 2 é mais voltada para os alunos cegos” (BRASIL, 2011, p.02). Dessa maneira, “As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado” (idem, p. 03).

A preparação de profissionais para trabalhar nas Salas de Recursos Multifuncionais tem significativa importância, pois não só o espaço físico precisa ser completo, mas sim profissionais precisam ser capacitados para um resultado positivo.

Portanto, é preciso que os professores não parem de estudar e busquem sempre se atualizar perante aos novos recursos, as novas tecnologias e também os novos métodos de ensino, principalmente no que se diz respeito ao trabalho de inclusão e formação para as salas de recursos multifuncionais.

O Atendimento Educacional Especializado é realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, do Soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistiva e outros (BRASIL, 2008, p. 12).

Essa formação docente para atuar em contextos inclusivos é uma meta que precisa ser realizada em parceria: o Estado cumprindo o seu papel de oferecer cursos, liberar o professor para se capacitar, melhorar as condições de trabalho equipando e fazendo a manutenção das escolas no que é necessário para o Atendimento Educacional Especializado - AEE. Por outro lado, o professor tem que assumir o compromisso de ser na escola um agente multiplicador dos conhecimentos adquiridos na formação e também aplicar na sala de aula a teoria aprendida.

CAPÍTULO II – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção da monografia apresentamos o desenvolvimento da pesquisa, bem como as informações sobre o local e os sujeitos investigados.

2.1. Natureza da Pesquisa

Este estudo caracteriza-se por uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo voltada para o Estágio na Educação Infantil na Perspectiva Inclusiva. A pesquisa bibliográfica foi muito importante, pois diante das leituras de diversos autores, foi possível obter maiores conhecimentos sobre a temática pesquisada.

Conforme Lakatos e Marconi “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre um assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (2003, p. 183).

A análise documental também compôs os procedimentos da pesquisa:

A pesquisa documental apresenta uma série de vantagens. Primeiramente há que considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza (GIL, 2002, p. 46).

Ressaltamos que análise dos documentos foi fundamental para verificar elementos importantes que norteiam essa relação entre as determinações legais e a realidade investigada.

A realização da pesquisa de campo contribuiu para complementar a análise dos dados documentais e é considerada por Lakatos e Marconi como:

[...] aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta ou de uma hipótese, que se queira comprovar ou ainda descobrir novos fenômenos ou relações entre eles (2003. p. 103)

A abordagem utilizada na pesquisa foi qualitativa, concedendo possibilidade de coletar dados para obter resultados diante das questões relacionadas à temática desta pesquisa. Conforme afirmam Ludke e André:

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. [...] supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra através do trabalho intensivo de campo (1986, p.11).

2.2 Etapas da Pesquisa

Ao longo da pesquisa foi possível estudar os aspectos teóricos sobre o Estágio na Educação Infantil na Perspectiva Inclusiva por meio da contribuição de diferentes pesquisadores, tais como: Mubarak Sobrinho (2014); Beyer (2006); Lima (2006; 2018); Pimenta (2004); Silva (2017) Mendes & Malheiro (2012); Sampaio & Sampaio (2009); Marin e Braun (2013); Mantoan (2006), Pletsch e Glat (2012).

Na análise documental envolvendo leis, decretos, resoluções e outras normativas sobre a Educação Infantil e a Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, dentre os documentos utilizados, destacamos: Constituição Federal de 1988; Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais (1994); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008); Diretrizes Curriculares Operacionais para o AEE na Educação Básica, modalidade Educação Especial - Resolução CNE/CEB 04/2009; Decreto 7611/2011 sobre Atendimento Educacional Especializado – AEE; Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), dentre outros.

A coleta de dados do campo, outra etapa da pesquisa, é importante, pois aprofunda um maior conhecimento da realidade desejada para compreender os fenômenos observados na coleta. Para melhores resultados das questões apontadas nessa temática, Marconi e Lakatos esclarecem que:

A pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou ainda, de descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (2010, p.169).

Como instrumento/técnica de coleta de dados de campo foi utilizado um questionário com perguntas abertas e fechadas. Para Lakatos e Marconi (2007, p.201), “o questionário é um instrumento, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. Devido ao período da Pandemia de Covid-19 não foi possível fazer a observação da

sala de aula, nem entrevistar os sujeitos da pesquisa da escola de Itacoatiara. No entanto, na fase inicial da pesquisa em Manaus utilizamos Caderno de Campo, Observação participante, relatório de Estágio para coletar os dados.

2.3 Caracterização da Pesquisa de Campo

A escola pesquisada está localizada no bairro Santa Luzia, na cidade de Itacoatiara. Ela foi criada em 2009 para oferecer serviços educacionais para crianças e jovens, na faixa etária de quatro a treze anos, nas modalidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental I de acordo com o disposto na LDB 9394/96. Ela é mantida pela Prefeitura Municipal de Itacoatiara.

A Escola possui 10 salas de aula e funciona nos turnos matutino e vespertino. Atualmente, conta com um quadro docente de 22 professores, desses 21 com nível superior (Pedagogia ou Normal Superior) e Especialização em diversas áreas e, somente uma professora com nível superior incompleto.

2.4 Sujeitos da Pesquisa

Participaram da pesquisa três profissionais da escola em Itacoatiara: a Coordenadora de Educação Especial da Escola; A professora da sala de aula comum e a professora da Sala de Recursos Multifuncionais, professora da sala de aula comum de Manaus e a Criança com Transtorno do Espectro do Autismo.

2.5 Análise de Dados

Diante das informações recolhidas, para a melhor compreensão dos objetivos que foram propostos, os dados foram analisados qualitativamente. Como caracterizam as autoras Ludke e André, “analisar os dados qualitativos significa “trabalhar” todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos de observação, as transcrições de entrevista, as análises de documentos e as demais informações disponíveis” (1986, p.45).

Foram consideradas as respostas e exposições de ideias fornecidas pelos sujeitos quanto à inclusão escolar na Educação Infantil no contexto pesquisado. Relacionando todas as informações com a abordagem teórica, com os documentos

legais que tratam sobre o tema e com as vivências do Estágio na Educação Infantil. Por fim, apresentamos a compreensão da problemática, construída ao longo dessa experiência investigativa.

Caminhamos nessa direção buscando atender ao objetivo geral da pesquisa que foi contextualizar como tem sido construída a formação docente para a inclusão escolar a partir das vivências do Estágio na Educação Infantil.

CAPÍTULO III – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O objetivo deste capítulo é apresentar a relação estabelecida entre o processo de formação no Curso de Pedagogia e a aproximação com o futuro campo de trabalho, especialmente por meio do Estágio na Educação Infantil. No que se refere à pesquisa propriamente dita, destacamos o contato com a proposta de inclusão escolar na Educação Infantil.

3.1 Curso de Pedagogia: impressões iniciais e breves considerações sobre o percurso formativo

Minha trajetória como aluna iniciou aos 5 de idade em uma escola particular. Sempre tive apoio da minha mãe, professora e funcionária pública da saúde que criou sozinha a mim e minhas irmãs, mas que sempre lutou para nos dá a melhor educação. Muitas vezes eu era aluna destaque por bons motivos e outros nem tanto, uma vez que minha marca registrada era a boa comunicação.

Um período marcante foi o Ensino Médio, cheio de eventos conturbados, pois nunca fui uma aluna aplicada e até era muito criticada por professores, embora sempre falavam que eu devia usar minha boa comunicação para benefícios profissionais, contudo, me tornar professora nunca foi minha primeira opção, mas a vida me levou para essa carreira.

Iniciei a vida acadêmica na Universidade Federal do Amazonas – UFAM – campus Itacoatiara - ICET em 2013, mas desisti no 3º Período de Química Industrial, além de ter cursado também até o 2º Período de Serviço Social na mesma Universidade. No ano de 2015 surgiu o interesse em ser aluna da Universidade do Estado do Amazonas, a UEA. Fiquei fascinada com a ideia e resolvi prestar vestibular, contudo Pedagogia não foi a primeira opção, mas na hora da inscrição acabei clicando e confirmando.

Os primeiros dias foram tensos, até porque sou do interior do Estado, do município de Itacoatiara a 270km de Manaus e para cursar Pedagogia tive que mudar para a Capital. Nunca tinha morado longe da minha família, então foi bem desafiador, tanto pela saudade como financeiramente, pois tive que alugar casa com amigos, algo bem diferente de tudo que tinha vivido até aquele momento.

Lembro do primeiro dia de aula, achei a unidade da Escola Normal Superior bem acolhedora, receptivos mesmo. A turma era pequena, então consegui me adaptar, mas diante disso, ainda não sabia ao certo o que estava fazendo ali, assim como os demais colegas também não sabiam e isso foi reconfortante, pois estávamos na mesma situação.

O Curso foi me cativando. Com o decorrer dos períodos construí aprendizados significativos, muitas discussões que faziam com que nós alunos nos indagássemos a respeito do papel do professor e, principalmente, a respeito da educação e como podíamos fazer algo para mudar e acrescentar na vida dos nossos futuros alunos.

Cinco anos se passaram e aqui estamos. Dessa vez menos perdidos, mas não menos tensos do que naquele início do Curso em 2015. Trazemos aqui uma parte desses aprendizados e experiências para compartilhar com todos, na expectativa de receber novas contribuições a esse percurso formativo que não encerra com a formatura, mas que segue rumo à prática profissional na escola.

3.2. Vivências na Educação Infantil: Estágio em uma escola pública de Manaus

O Estágio Supervisionado I integra o currículo do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), e constitui-se uma disciplina obrigatória para a conclusão do Curso, inicia-se no sexto período.

Para que o estagiário perceba a integração da teoria e prática nas atividades diárias em uma sala de aula, no cotidiano das práticas escolares, é necessário um esforço individual, um olhar investigativo e uma reflexão acerca das vivências. Portanto, o estágio contempla outro objetivo, que é o da pesquisa. Nesse sentido, “Entendemos que o estágio se constitui como um campo de conhecimento, o que significa atribuir-lhe um estatuto epistemológico que supera sua tradicional redução a atividades prática instrumental” (PIMENTA, 2004, p.2).

No âmbito do Curso de Pedagogia/UEA/ENS, Lima (2006, p. 63) esclarece que:

A proposta pedagógica do Curso tem como pressuposto que a visão global da escola pode ser apreendida por meio da docência - e das atividades que a envolvem - e da pesquisa da realidade escolar em que se dá o trabalho do professor. Por essa razão procura-se atingir dois aspectos: obtenção de uma visão global e ao mesmo tempo do cotidiano da escola por meio das disciplinas objeto do Estágio e o desenvolvimento de habilidades do professor reflexivo pesquisador.

Seguindo as orientações do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia quanto às atividades de Estágio, nossa turma foi dividida em dois grupos por conta da quantidade de alunos permitida em cada sala de aula.

Para nosso grupo foi escolhida a Escola Municipal Maria Figueiredo, ela possui onze salas e atende, Educação Infantil, Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano. Ao iniciarmos os trabalhos do estágio fomos recepcionados pela gestora da escola e pela pedagoga do turno vespertino. A gestora sugeriu o método de rodízio onde ficaríamos cada semana em uma série, com o intuito de participar de todas as atividades da escola e conhecer a didática de todos os professores que nela trabalham, assim podendo lidar com os alunos desde o maternal até os alunos do quinto ano. Já que a escola possuía disponibilidade para atender os estagiários e suas necessidades, então iniciamos com um diálogo para entendermos as normas da escola e suas dificuldades, onde nos encaixaríamos nessa distribuição dos estagiários.

A pedagoga nos acompanhou na apresentação do espaço físico da escola, nos mostrando onde ficava a secretaria, refeitório entre outros e nos apresentando a todos os funcionários. Havia estagiários de outras instituições, onde acabamos dividindo a mesma sala no decorrer dos trabalhos, a distribuição dos estagiários e das turmas foi feita pela pedagoga sem nenhuma interferência dos estagiários.

Assim iniciamos nosso estágio nessa Escola Municipal, situada na zona sul de Manaus, a escola está localizada em um bairro de classe média, porém ao final do conjunto existe uma favela próxima ao igarapé, onde reside a maioria dos alunos. Observa-se neste local a existência de algumas residências que não possuem condições sanitárias e estruturais, o que resulta na proliferação de doenças e endemias. Percebe-se um índice muito grande de ligações clandestinas de água e energia e ligações diretas de esgoto no igarapé.

Na comunidade atendida também se percebe vários problemas sociais como violência excessiva, tráfico de drogas, e outros. Os alunos são crianças provenientes de famílias de baixa renda e os pais, com baixa escolaridade, exercem geralmente profissões que exigem pouco saber escolar. Em sua maioria, possuem uma renda familiar inferior a dois salários mínimos, e recebem geralmente algum benefício de programas do Governo Federal.

Verificamos a ausência de alguns pais e responsáveis em relação à vida escolar da criança, o que vem comprometendo cada vez mais o ensino público. Infelizmente, nos dias de hoje, muitos pais têm a ideia de que a educação é dever

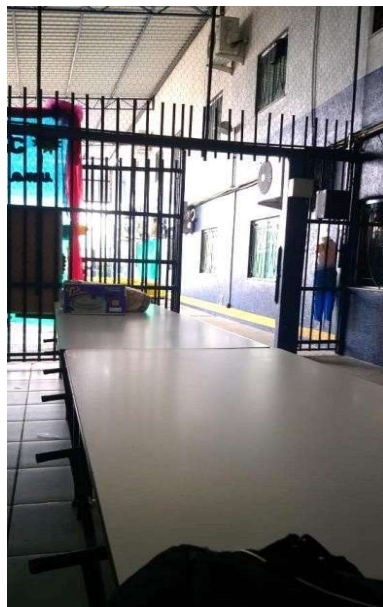
apenas da escola e eximem-se da sua responsabilidade. Por conta da baixa escolaridade dos pais, muitos sentem certo nível de dificuldade em ajudar seus filhos a desenvolverem as atividades propostas pela escola.

Em relação à estrutura do prédio onde a escola funciona é nítida a falta de organização e cuidado para com as crianças, onde há perigo com escadas, ainda mais por acolher crianças com 3 anos. Os banheiros possuem uma pequena escada para alcançar o lavatório, muitas vezes as mesmas vão sozinhas e correm risco de cair.

A escola não possui vigia durante a tarde, por conta disso, já aconteceram situações onde crianças já saíram das dependências da escola e foram resgatadas depois de horas. As crianças vão sozinhas ao banheiro, inclusive as do maternal, e às vezes fazem suas necessidades e não sabem se limpar e ficam aguardando algum adulto aparecer.

Na sala de aula podemos observar a didática da professora com os alunos, alguns são agitados e outros bem mais calmos, geralmente no acolhimento no início da aula no maternal acontece muito choro por conta das crianças serem menores e não estarem acostumadas a ficar longe dos pais.

Neste sentido, no Projeto Político Pedagógico se apresenta como um documento onde analisamos a nossa realidade continuamente e projetamos nosso ideal de educação, de homem e sociedade através de várias reuniões pedagógicas. Traçamos coletivamente nossos objetivos gerais e específicos e programamos as ações para que eles pudessem ser alcançados, organizamos um sistema de monitoramento e avaliação para que constantemente possamos identificar as possíveis falhas e acertos de nosso projeto. A seguir, vamos conhecer alguns espaços específicos da escola de estágio:



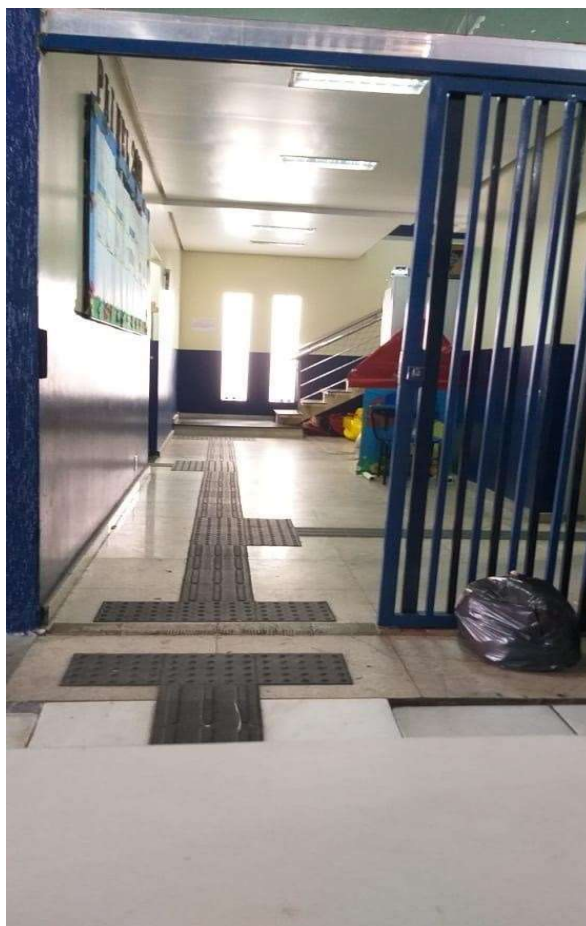
(RIBEIRO, 2021)

Figura 1 - Área externa



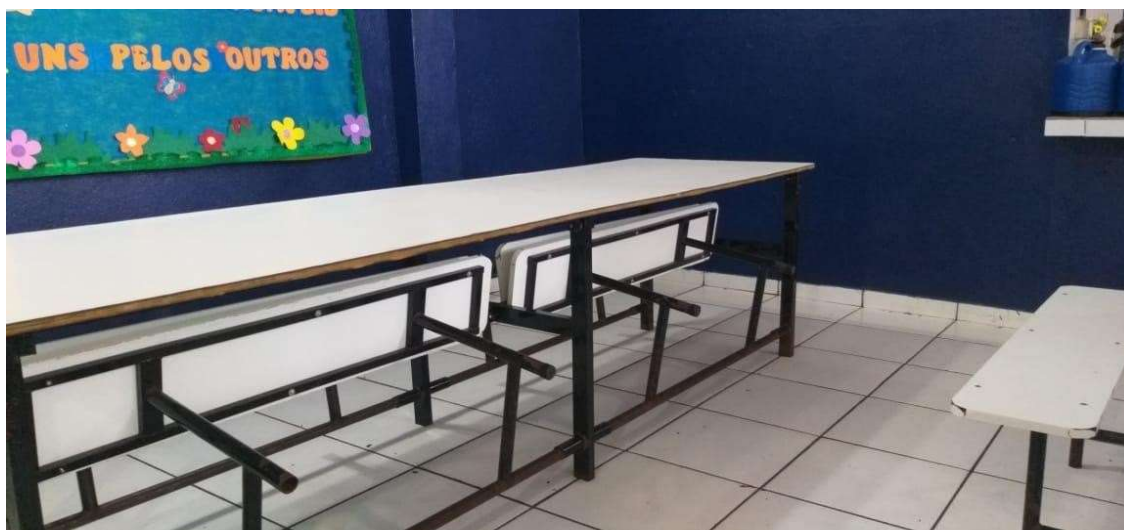
(RIBEIRO, 2021)

Figura 2 - Estrutura da área externa



(RIBEIRO, 2021)

Figura 3 – Térreo.



(RIBEIRO, 2021)

Figura 4 - Cantina

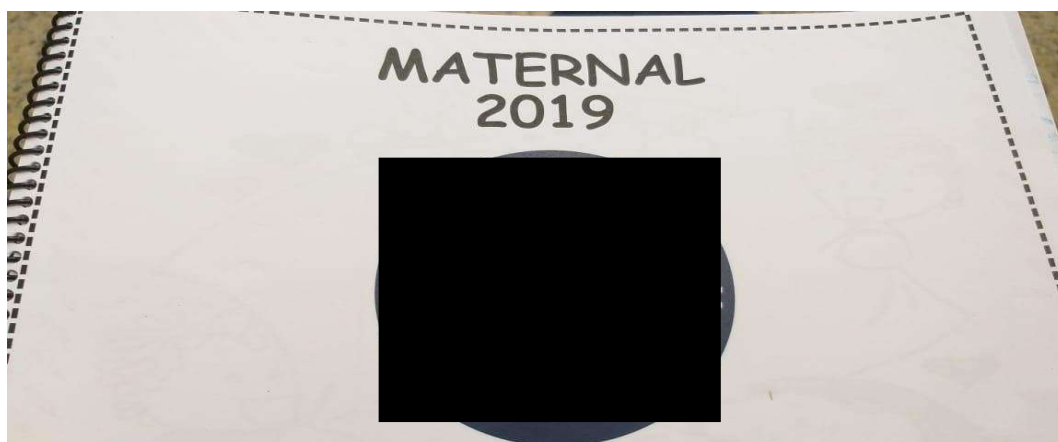
Apresentação Caderno de Campo

O estágio teve início dia 02/04/2019, como dito anteriormente fomos recepcionados pela Pedagoga e Gestora da escola, onde fomos apresentadas a sua estrutura e aos regimentos que a envolvem, horários e funcionamento, e pudemos observar e refletir a respeito da importância dos estagiários no âmbito escolar, tanto para as suas próprias experiências como para a contribuição com a escola.

Fomos designadas as salas, concordamos com o rodízio por semana em cada série, para que pudéssemos adquirir conhecimentos e experiências diversas. Pudemos presenciar os materiais usados na sala de aula, como brinquedos, massa de modelar, lápis de cor, tintas guache e uma apostila que deve durar até o final do ano.

As crianças usam os primeiros horários para brincar e desenvolver a parte lúdica, já o material didático (apostila) é usado no segundo tempo, logo após o recreio. No maternal o material é mais lúdico, com artes e brinquedos, o 1 e 2 período estão sendo apresentados ao números, formas geométricas e as vogais. Segundo Simone (2010):

O lúdico com certeza poderá ser usado pelos educadores como forma de provocar uma aprendizagem mais prazerosa e significativa, pois é por meio de jogos e brincadeiras que ocorrerá o desenvolvimento integral e a potencialidade das crianças.



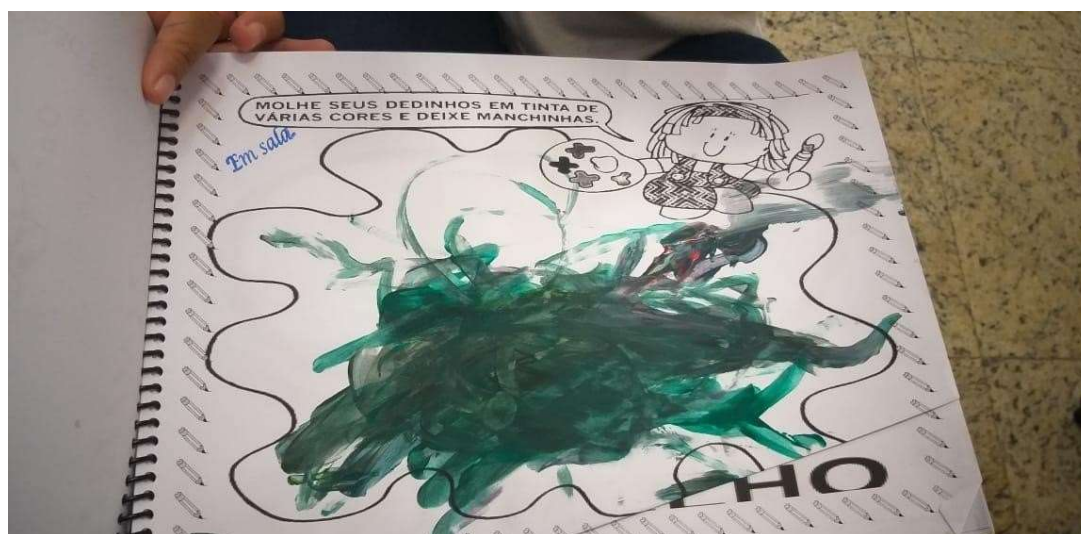
(RIBEIRO, 2021)

Figura 5 – Apostila Maternal



(RIBEIRO, 2021)

Figura 6 – Exercícios do Maternal



(RIBEIRO, 2021)

Figura 7 Atividade de Pintura

Atividades Realizadas na Sala de Aula

Dia 02 de abril, iniciamos as atividades do estágio na Escola Municipal, por esse motivo essa data ficou marcada como marcante nessa trajetória, foi um dia importante pelo fato de ser o primeiro contato com a escola e principalmente com os

alunos, portanto enriquecendo essa experiência, uma vez que chegamos inseguros e com muitas dúvidas e no decorrer dos dias ganhamos confiança e nos adaptamos a realidade da escola. No dia 28 de maio, fizemos o encerramento das atividades na escola, onde podemos refletir sobre toda essa trajetória que participamos, assim analisando o lado positivo e negativo desse contato com a realidade escolar e nos engrandecendo como acadêmicos e futuros pedagogos.

Atividades Realizadas no Plano de Ação

O Plano de Ação teve início no dia 22/05, onde a principal função foi a conscientização das crianças a respeito da Higiene Bucal na Escola Municipal. As atividades deram início na sala do Maternal C, com a programação de uma breve roda de conversa, logo após um teatro de fantoches abordando o tema e o momento de interação com músicas.

Inicialmente fizemos um acompanhamento para avaliarmos os conhecimentos prévios dos alunos, dividimos essa intervenção em três dias, onde fizemos no Maternal, 1º Período e 2º Período. No maternal havia 10 meninos e 5 meninas, as crianças participaram e mostraram um pouco do que sabiam, como o que era escova de dente e creme dental, com isso iniciamos as atividades com o teatro de fantoches falando do dia a dia na escola e abordando os prejuízos da falta de escovação, as crianças participaram ativamente e se mostravam interessados.

No dia 23/05 fomos para o 2º Período, as crianças estavam agitadas e a maioria apresentava dentes cariados, então prestaram bastante atenção, pois não tinham esse tipo de cuidado em casa, por falta de conhecimento dos pais. Após o recreio iniciamos no 1º Período, os alunos também não tinham a cultura de escovar os dentes e não entendiam a importância da saúde bucal, então começamos com a roda de conversa e logo depois contamos histórias com os fantoches e as paródias para facilitar esse entendimento.

Dia 28/05, encerramos com a aula prática, onde levamos um profissional da área, o Doutor Samy, Odontólogo que dialogou com as crianças acerca da importância da higiene bucal e ensinou como se devem escovar os dentes corretamente, levamos as crianças para área externa e aplicamos flúor no dente dos alunos.



(RIBEIRO, 2021)

Figura 8 - Plano de Ação.



(RIBEIRO, 2021)

Figura 9 - Teatro de fantoches.



(RIBEIRO, 2021)

Figura 10 - Palestra Higiene Bucal



(RIBEIRO, 2021)

Figura 11 - Escovação (Prática)

Sabemos que são muitos os desafios para que este projeto seja efetivado, uma vez que muitas das nossas ações que visam à melhoria do processo ensino-

aprendizagem depende da ajuda de todos que fazem parte do processo educacional, inclusive da família dos alunos, que por vezes se afastam da responsabilidade do ato de educar. O governo, a escola e a família devem fazer a sua parte, abraçar a causa e vestir a camisa da educação, para que o sucesso escolar venha acontecer.

As experiências na Educação Infantil foram enriquecedoras, contato com as crianças possibilitaram um convívio presencial e uma proximidade da realidade na sala de aula, uma vez que essa necessidade se faz presente. Uma reflexão importante gerada a partir do estágio é sobre a importância de uma boa formação e da formação continuada. Percebemos por meio do contato com a realidade escolar, o quanto é necessário ter conhecimentos sólidos, e manter-se atualizado nos debates por meio da formação continuada.

Uma vez que as aulas durante a graduação são apenas trabalhando as teorias da educação e do aprendizado, isso faz com que aprendamos de forma generalista. Para desmitificar isso, é imprescindível a prática com alunos e convívio em uma experiência escolar, pois só assim adquiriremos a noção da realidade, uma vez que infelizmente quem mais perde são os mais indefesos: as crianças, que não possuem qualquer autonomia para fazer uma análise e reivindicar seus direitos.

Outro aspecto marcante foi a questão do compromisso individual do professor, de cumprir sua responsabilidade diante do aprendizado das crianças. Com certeza, muitos fatores dependem de questões mais amplas, fora do alcance de ação do professor, como as condições asseguradas pelo governo, políticas públicas, ou da família. Mas, muito depende também apenas do professor.

As experiências que levaremos em nossa memória são únicas, guardaremos o carinho de cada criança, conscientes de que em cada oportunidade de contribuir com o aprendizado e desenvolvimento das crianças, demos o nosso melhor, com o único objetivo de proporcionar o crescimento dos alunos.

Pensamos que para melhoria da prática pedagógica da Escola Municipal poderia ser implantado um programa de formação continuada, para conscientização e sensibilização dos professores, para que as práticas também estejam de acordo com as concepções mais adequadas e eficientes, através do estudo de teorias atuais. Também sugerimos que as apostilas sejam utilizadas como mais uma ferramenta e não todo, pois usam apenas essa apostila como exercícios e modo de ensino, para que ela seja apenas mais uma forma de aprender e não a única. Ainda sugerimos que sejam adquiridos para a biblioteca, livros com enfoque na leitura de imagens,

raciocínio lógico, estímulo à fantasia, ao lúdico; e mesmo as narrativas contextos, que sejam de preferência histórias curtas, livros sem muito texto escrito.

As experiências no Estágio na Educação Infantil foram gratificantes, mas não conseguiram apagar nosso interesse em conhecer outras realidades, pois aprendemos no Curso que a prática docente se renova a cada dia diante das dificuldades que não são poucas, principalmente na escola pública.

3.3. Inclusão Escolar na Educação Infantil: Estágio e Projeto de Pesquisa

O primeiro contato com o tema Inclusão Escolar surgiu com a disciplina Educação Especial, pois até então não tinha nenhuma familiaridade com o assunto, nem sabia que era direito descrito por lei. A partir dessa Disciplina surgiram as indagações e vontade de aprofundamento no assunto, então demos início ao projeto de pesquisa, tive também a oportunidade de participar de eventos e, até mesmo apresentar um trabalho sobre o tema no Simpósio Amazônico do Autismo na UFAM em 2018.

Nessa trajetória de aproximação com o estudo sobre a inclusão escolar e para agregar dados à pesquisa fiz visita técnica ao Complexo Municipal de Educação Especial André Vidal de Araújo – CMEE e à Escola Municipal de Educação Especial André Vidal de Araújo que funciona no mesmo endereço. Essa atividade foi durante a realização do Estágio Supervisionado I, objetivando entender e visualizar mais de perto como funcionavam as atividades pedagógicas na Educação Especial e na Inclusão Escolar.

As experiências em sala de aula com a inclusão escolar na Educação Infantil foram proporcionadas pelo estágio remunerado desenvolvido no Programa de Gestão da Alfabetização – PGA/SEMED/Manaus em uma escola municipal, onde fui designada a ser mediadora para desenvolver um trabalho com uma criança com espectro do Autismo.

3.3.1 Estágio no Programa de Gestão da Alfabetização – PGA/SEMED/ Manaus

Diante da necessidade de continuar estudando longe de casa, assumindo parte dos gastos com moradia, alimentação e material de estudo, concorri a uma vaga como estagiária no Programa de Gestão da Alfabetização – PGA/SEMED/Manaus. Além do

ganho financeiro, enxerguei também nesse estágio remunerado possibilidades de aprender mais sobre a vida do professor.

O Programa de Gestão e Alfabetização- PGA/SEMED Manaus é uma iniciativa da SEMED, desenvolvido por meio de parcerias e incentivos financeiros, com ações em prol da alfabetização. Objetiva alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o fim do terceiro ano do Ensino Fundamental conforme meta 5 PNE e PME.” (MANAUS, 2019).

Essas são as metas do PGA:

Estruturar a rede para atender a política educacional e envolver todos os agentes dentro de suas responsabilidades; Reestruturação dos documentos de registro e acompanhamento da aprendizagem; estabelecer indicadores e metas e envolver todos os agentes na formação; oferecer suporte aos educadores para alcançar as metas;

No portal da Secretaria Municipal de Ensino de Manaus – SEMED é possível identificar que:

O PGA é fruto da parceria entre a SEMED/Manaus e o Instituto Ayrton Senna (IAS) e o Projeto de Expansão e Melhoria Educacional da Rede Pública Municipal de Manaus (PROEMEM), por meio dos recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Atualmente, o programa atende a 76 unidades de ensino de todas as zonas da cidade, beneficiando 12 mil alunos do 3º ano do Ensino Fundamental em 2019 (MANAUS, 2021).

Sobre a parceria entre as instituições públicas e o setor privado, Lima (2018, p.57) ressalta que, embora do ponto de vista legal não haja problemas nesse processo, pois a Constituição Federal de 1988 e outras leis o ampara, é preciso entender a quais interesses essas propostas atendem e quais as consequências disso para a escola pública:

As muitas formas de relação entre o público e o privado, refletindo na privatização do público, mostram-nos que ao mesmo tempo em que avançam os movimentos sociais pela democratização da educação, os ajustes governamentais cedem lugar ao controle externo de instituições privadas. Evidenciando a forte presença destas na determinação do conteúdo das políticas públicas educacionais, desde o âmbito da legislação e da organização do sistema educacional nacional até as práticas escolares cotidianas.

No que se refere às consequências das relações entre o Estado e as instituições privadas caracterizadas como sem fins lucrativos, a exemplo da parceria

da SEMED/Manaus com o Instituto Ayrton Senna (IAS), a autora destaca o seguinte:

Vemos que essa tutela das instituições do Terceiro Setor pelo poder público tem contribuído para o aumento do caminho a ser percorrido ao encontro da educação inclusiva, [...] pois, a escola pública - ao competir com essas instituições privadas na questão dos recursos públicos - está cada vez mais desqualificada e desamparada pelo Estado para atender aos direitos à educação. Enquanto que aquelas, por sua vez, estão mais empenhadas em atualizar os mecanismos de articulação política em torno de seus interesses de sobrevivência. Restando à população, colher os resultados dessas manobras, onde as políticas públicas de educação cedem às forças dos interesses das instituições tuteladas pelo Estado em detrimento da democratização da educação e da escola pública (2018, p. 207).

Mesmo sem compreender muito bem essa política educacional e as tarefas do estagiário na Escola iniciei as atividades no PGA muito entusiasmada, ao mesmo tempo bastante preocupada com as responsabilidades a serem assumidas. Mas foi esclarecido que seríamos estagiários assistentes, atuando diretamente com os professores e estudantes em processo de alfabetização.

Quanto aos aspectos técnico-profissionais que competem aos Estagiários, estão as seguintes atribuições:

Conhecer e estudar continuamente sobre alfabetização; Planejar juntamente com o professor (Planejamento Mensal); Compreender e executar com qualidade, eficiência, rapidez e precisão as tarefas que lhe são atribuídas; Inovar no ambiente de sala de aula com atividades diferenciadas e exitosas, em concordância com o professor; Cumprir rigorosamente data/prazos que lhe são atribuídos; Ser criativo, proativo, comunicativo e organizado; Não substituir o docente, em possíveis situações de faltas (MANAUS, 2020).

Essa experiência ocorreu da seguinte maneira: no mesmo semestre letivo, pela manhã eu trabalhava na escola do PGA e à tarde cumpria o Estágio Supervisionado I do Curso de Pedagogia em uma escola municipal de Educação Infantil.

A escola do PGA onde desenvolvi atividades como mediadora de uma criança com espectro do Autismo fica localizada no bairro Alvorada I, zona Urbana de Manaus. A escola fica dentro de uma feira de produtores, o espaço é bem limitado, as salas de aula são apertadas, cada sala possuía em média 35 alunos, para somente um professor. O prédio possui escadas e nenhuma estrutura adaptada para alunos com deficiência.

As atividades desenvolvidas pela escola eram bem reduzidas, até mesmo por conta do espaço, os alunos não tinham muito lugar para interagir e brincar, a escola não possuía sala de recursos multifuncionais, então as atividades específicas

complementares ao ensino da sala regular (relacionadas ao Atendimento Educacional Especializado AEE) eram feitas no pequeno pátio e refeitório.

Devido não ter formação para atuar com alunos da Educação Especial senti muita dificuldade em exercer o papel a que fui destinada, que era ser mediadora de uma criança com transtorno do espectro do autismo. A escola não oferecia o Atendimento Educacional Especializado – AEE propriamente dito. Assim, por conta própria desenvolvi atividades que consegui aprender através de pesquisa em vídeos da área da Educação Especial, além da ajuda da mãe da criança que havia sido orientada pelos profissionais de outra escola, diante disso surgiu o meu interesse pelo tema da inclusão escolar, pois vivi um período de conflito e angústia.

Esse momento difícil foi marcado pela inevitável comparação que eu fazia entre a realidade da Educação Infantil na Escola do Estágio Supervisionado I e as dificuldades vivenciadas na Escola do PGA que me deixavam muito triste pela incapacidade de atuar como mediadora em uma sala de aula comum onde havia uma criança com Transtorno do Espectro do Autismo.

Na Escola do Estágio Supervisionado I tive a oportunidade de conhecer de perto e participar ativamente do trabalho da professora, da gestora e da equipe pedagógica, em atividades como: reunião de pais; datas comemorativas; apresentações escolares envolvendo os alunos e pais; planejamento docente e avaliações.

Como parte do processo avaliativo do Estágio Supervisionado I, desenvolvemos o Plano de Ação (detalhado no item 3.2 desta monografia) sob a supervisão do professor de Prática de Ensino na Educação Infantil e das professoras do Estágio, onde buscamos colocar em prática várias atividades educativas como dança, teatro, música e historinhas com os alunos e professores em um dia muito enriquecedor e divertido.

Paralelo a essa vivência no Estágio Supervisionado I eu me deparava todos os dias com um mundo totalmente diferente e distante da inclusão escolar, devido aos seguintes fatores: Falta de espaço físico para atividades psicomotoras, não havia ambiente também para interagir com leituras e história; falta de material didático necessário para o dia a dia e específico para lidar com a criança com espectro do Autismo dificultava minha atuação.

Importante destacar que a criança possuía um histórico de agressividade com outras crianças e isso atrapalhava muito a interação com os colegas. Outro dado

relevante é que a criança não possuía acompanhamento médico, psicológico, fisioterapêutico, dentre outros (a mesma possuía dificuldade de locomoção e dificuldade de socialização).

A frequência da criança às aulas era bem reduzida, pois sua mãe estava grávida de 8 meses e já tinha outra bebê de 1 ano, então foi bem desafiador esse processo e essa problemática me conduziu a questionar sobre o papel da SEMED Manaus no apoio às escolas que possuem crianças inclusas.

Ao se referir à pesquisa no Estágio, Pimenta (2004, p. 46) explica que:

A pesquisa no estágio, como método de formação de futuros professores, se traduz de um lado, na mobilização de pesquisas que permitam a ampliação e análise dos contextos onde os estágios se realizam; por outro lado, e em especial, se traduz na possibilidade de os estagiários desenvolverem posturas e habilidades de pesquisadores a partir das situações de estágio [...].

Diante dos dilemas vivenciados na sala de aula com alunos inclusos, retomei as anotações da visita técnica ao Complexo Municipal André Vidal de Araújo – CMEE e identifiquei que havia um serviço chamado assessoramento pedagógico e que era desenvolvido pelas equipes do CMEE (Complexo Municipal de Educação Especial) junto às escolas que possuem classes especiais e também turmas com crianças inclusas. Nesse serviço de apoio às escolas está incluído o trabalho do mediador pedagógico. Isso deu origem ao meu projeto inicial que foi sobre “Assessoramento Pedagógico do CMEE - Complexo Municipal de Educação Especial - a uma escola Municipal de Educação Infantil na Zona Centro-Sul de Manaus”.

No que se refere ao trabalho da mediação pedagógica, há inúmeros termos para identificar esse profissional e caracterizar suas funções. Dessa maneira, podemos compreender que:

O mediador-estagiário é mais um elemento que pode propiciar e fortalecer o processo de inclusão dos alunos, mas a ação que lhe é conferida não se encerra em si mesma. Esse movimento demanda trabalho, sendo necessário rever o tempo, o espaço, o currículo e acima de tudo as relações instituintes e instituídas no contexto escolar. E é esse o viés que a Assessoria de Educação Especial busca tecer em parceria com as escolas. A proposta é buscar fortalecer as potencialidades, capacidades e habilidades, que muitas vezes ficam escondidas atrás de diagnósticos e funcionamentos que não se encaixam no formato da escola (SILVA, 2017, p.7).

A autora destaca, ainda:

Não há indicativo legal sobre a qualificação desse sujeito. Daí o motivo de aparecerem diferentes nomenclaturas relacionadas a essa pessoa que dá suporte ao professor da sala de aula comum que possui alunos inclusos. Dentre as quais: facilitador escolar, tutor escolar, assistente educacional e mediador escolar. Essa indefinição incide diretamente sobre atuação deste profissional (SILVA, 2017, p. 6).

Apesar dessas considerações da autora, encontramos amparo legal na Lei Brasileira de Inclusão – Lei nº 13.146/2015 – que em seu artigo 3º, inciso XIII, define o profissional de apoio escolar, como sendo:

A pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (BRASIL, 2015).

No âmbito da SEMED/Manaus o suporte dado às escolas com salas especiais e com turmas com alunos inclusos está sob a responsabilidade de um setor, denominado:

Gerência de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação – SEMED de Manaus/Am - desenvolve trabalhos referente à Modalidade de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, quanto ao atendimento e orientação a gestores, pedagogos, professores, alunos e pais da rede municipal de ensino. O Assessoramento Pedagógico às escolas que possuem a modalidade de Educação Especial e alunos incluídos objetiva acompanhar e orientar os educadores e educandos no fazer pedagógico nas Escolas da Rede Municipal de Ensino (MANAUS, 2021).

A pesquisa bibliográfica e documental foi iniciada, mas no período da coleta de dados no campo ocorreu a Pandemia e com isso houve o fechamento das escolas e da Universidade.

Quando as aulas retornaram foi de maneira remota e, considerando as minhas dificuldades financeiras tive que retornar para minha cidade natal, Itacoatiara, o que dificultou a continuidade da pesquisa em Manaus. Então reuni com a minha orientadora e decidimos mudar a delimitação do tema e trabalhar com uma escola do município de Itacoatiara que tivesse as características necessárias à pesquisa, ou seja, a proposta da inclusão escolar na Educação Infantil.

3.3.2 Pesquisa de campo na Escola de Educação Infantil – SEMED Itacoatiara

a) A Escola

A Escola “Ana Rosa”¹ foi escolhida porque trabalha com a proposta de inclusão escolar na Educação Infantil e também porque, apesar do período de Pandemia da Covid-19, facilitou o acesso aos documentos e às professoras envolvidas no processo que é tema da pesquisa.

A escola foi criada para oferecer serviços educacionais para crianças e jovens, na faixa etária de quatro a treze anos, nas modalidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental I de acordo com o disposto na LDB 9394/96. Ela é mantida pela Prefeitura Municipal de Itacoatiara. Quanto à caracterização dos educandos a Escola atende uma clientela mista como: filhos de funcionários públicos, pescadores, pequenos comerciantes, agricultores, braçais, desempregados, dentre outros. A maioria dos alunos é de classe média baixa e algumas famílias são beneficiadas com a Bolsa Família².

A Escola Municipal “Ana Rosa”, é um estabelecimento constituído de Ensino Infantil e Fundamental I, está localizado no bairro de Santa Luzia, com alunos oriundos de diversos bairros e suas adjacências às condições socioeconômicas e culturais podemos afirmar que maioria das famílias é de baixa renda, sobrevivendo de serviços informais que não geram uma renda fixa, um outro dado que demonstra a renda desta comunidade é o número considerável de famílias atendidas por programas sociais, relatados na ficha de matrícula como: Bolsa Família, dentre outros.

De acordo com os questionários elaborados para a Coordenadora da Educação Especial, Professora da sala comum e Professora da Sala de Recursos Multifuncionais, seguem as análises:

b) A Coordenadora da Educação Especial

A Coordenadora é formada em Pedagogia, tem mais de 50 anos de idade, possui 14 anos de experiência docente, o tempo de experiência como Coordenadora

¹ Nome fictício

² O Bolsa Família é um programa da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Ele foi criado em outubro de 2003 e possui três eixos principais: complemento da renda; acesso a direitos; e articulação com outras ações a fim de estimular o desenvolvimento das famílias (<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>).

é de 8 anos. Sua experiência na Educação Especial na docência é de 6 anos. A professora possui Cursos de aperfeiçoamento continuado de 10 a 40 horas, curso de Especialização pelo Pro-infantil³.

Questão 1: Destaque quais são as atividades desenvolvidas pelo Atendimento Educacional Especializado para os alunos da Educação Especial na Educação Infantil?

“As atividades são reforço no contra turno, com atividades de leitura e escrita com a participação dos pais.”

Relacionando a resposta da Coordenadora com o previsto em lei para o Atendimento Educacional Especializado – AEE, percebemos que há uma certa dificuldade dela em compreender essas atividades, pois não é reforço escolar:

As atividades desenvolvidas no Atendimento Educacional Especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Dentre as atividades de atendimento educacional especializado são disponibilizados programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização e tecnologia assistiva. Ao longo de todo o processo de escolarização esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum (BRASIL, 2008, p. 12).

Partindo dessa compreensão e tendo em vista a experiência que tive, destaco as dificuldades que ocorriam no estágio PGA/SEMED, porque a turma tinha 35 alunos para a professora ensinar, além das atividades que ela deveria desenvolver com a criança com Transtorno do Espectro do autismo, sem apoio especializado, pois não havia Sala de Recursos Multifuncionais.

³ PROINFANTIL é um curso a distância, de formação para o magistério, em nível médio, oferecido para professores em exercício nos sistemas municipais e estaduais de educação, da rede pública ou privada, que não possuem a formação exigida pela LEI. 9.391/96, em seu artigo 62. Ao final do curso o professor receberá diploma para o exercício da docência somente na Educação Infantil. A legitimidade dos diplomas advém de pareceres emitidos pelos Conselhos Estaduais de Educação das unidades federadas nas quais o ProInfantil é desenvolvido (<http://portal.mec.gov.br/proinfantil>).

Questão 2: Diante da importância do Assessoramento Pedagógico na Educação Especial/Inclusão Escolar, qual a maior necessidade da Escola no momento? O que a Escola tem feito para tentar suprir essa necessidade?

“No momento estamos vivendo a Pandemia, onde as aulas são remotas e a nossa maior dificuldade é o retorno com a relação com a internet e a dificuldade do ensino aprendido com as crianças.”

A Pandemia da Covid-19 obrigou a todos se reinventarem para se fazer educação de qualidade diante do acontecido, mas as dificuldades são muitas como acesso à internet, alunos que mudaram de cidade e perderam o contato com a escola, dentre outros.

Questão 3: Na sua opinião, quais os principais desafios da inclusão escolar e como ela deveria ser desenvolvida na Educação Infantil?

“O principal é garantir a todas as crianças o acesso à aprendizagem por meio de todas as possibilidades de desenvolvimento que a escolarização oferece.”

As palavras da Coordenadora nos ajudam a compreender como ainda falta muito para que a escola realize a inclusão escolar, mesmo que isso tenha sido aprovado em leis, decretos que traduzem o compromisso que países como o Brasil assumiram desde 1994, como estabelece a Declaração de Salamanca (1994, p. 69):

I. Dar a mais alta prioridade política e orçamentária à melhoria de seus sistemas educativos, para que possam abranger todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais; II. Adotar, com força de lei ou como política, o princípio da educação integrada, que permita a matrícula de todas as crianças em escolas comuns, a menos que haja razões convincentes para o contrário; III. Criar mecanismos descentralizados e participativos, de planejamento, supervisão e avaliação do ensino de crianças e adultos com necessidades educacionais especiais; IV. Promover e facilitar a participação de pais, comunidades e organizações, de pessoas com deficiência, no planejamento e no processo de tomada de decisões, para atender a alunos e alunas com necessidades educacionais especiais; V. Assegurar que, num contexto de mudança sistemática, os programas de formação do professorado, tanto inicial como contínua, estejam voltados para atender às necessidades educacionais especiais, nas escolas integradoras.

Mesmo sendo lei, a inclusão escolar está longe de ser alcançada, independentemente de ser na Educação Infantil, Ensino Fundamental e nos outros níveis. Falta mais seriedade por parte do governo, a escola não pode trabalhar sozinha nessa tarefa.

c) A professora da sala de aula comum

A formação da professora é Licenciatura Plena Incompleta, está na faixa-etária de mais de 50 anos, seu tempo de experiência na docência é de 18 anos.

Nível de Ensino que atua como docente é somente na Educação Infantil, tempo de docência com alunos da Educação Especial são 8 anos. A professora possui curso de formação continuada de 10 a 40 horas e curso de Especialização pelo Pro-Infantil.

Questão 1: Na sua opinião, o que deveria ser priorizado pela Secretaria de Educação no assessoramento pedagógico às escolas com Classe Especial ou alunos inclusos?

“O momento na sala de aula deve ser primordial que deve passar por uma adaptação para chegar a ser um espaço inclusivo, o professor da escola regular acredita que todos os alunos têm a capacidade.”

Em referência à sala de aula, Sampaio e Sampaio (2009, p. 54) explicam o seguinte:

A aceitação da criança deficiente pelos colegas vai depender muito do professor colocar em prática uma pedagogia inclusiva que não pretenda a correção do aluno com deficiência, mas a manifestação do seu potencial.

No que se refere ao respeito à capacidade individual como um dos fundamentais princípios da inclusão escolar, temos o seguinte:

A inclusão escolar tem sido mal compreendida, principalmente no seu apelo a mudanças nas escolas comuns e especiais. Sabemos, contudo, que sem essas mudanças não garantiremos a condição de nossas escolas receberem, indistintamente, a todos os alunos, oferecendo-lhes condições de prosseguir em seus estudos, segundo a capacidade de cada um, sem discriminações

nem espaços segregados de educação (MANTOAN, 2006, p. 23).

Como aliado ao trabalho docente, acreditamos que a contratação de mediadores com formação especializada seria muito importante, pois a professora teria um suporte pedagógico que agregaria nesse percurso de aprendizado.

d) A professora da Sala de Recursos Multifuncionais

Possui formação em Pedagogia e Pós-graduação em Educação Especial e Educação Infantil, está na faixa-etária de 40 a 49 anos, seu tempo de experiência na docência é de 18 anos.

O nível de ensino que atua é somente na Educação Especial, possui 18 de docência, seu tempo de experiência na Sala de Recursos Multifuncionais é de 4 anos. Possui cursos de formação continuada de 10 a 40 horas, Curso de aperfeiçoamento com carga de 60 a 120 horas. Curso de Especialização em Educação Especial.

Questão 1: Qual a diferença entre o seu trabalho na Sala de Recursos Multifuncionais e o trabalho da professora da sala de aula comum?

“O trabalho desenvolvido na sala de Recursos Multifuncionais é um apoio pedagógico com recursos e métodos diferenciados, não é um reforço escolar, é um trabalho conjunto entre sala regular e AEE com diferentes estratégias pedagógicas.”

As autoras Marin e Braun (2013, 23) denominam esse trabalho como ensino colaborativo:

Uma proposta de trabalho em forma de parceria entre os professores de educação regular e os professores de educação especial, onde a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar os procedimentos de ensino, sejam divididas entre estes docentes. O ensino colaborativo é uma das estratégias para materialização da educação especial na perspectiva da inclusão, que seria justamente a articulação de saberes entre o ensino comum e especial, por meio de planejamento.

O AEE é um conjunto de atividades que auxiliam no ensino desenvolvido na sala de aula comum, possui muita relevância, pois não substitui as atividades na sala

de aula, mas sim complementa.

Questão 2: Como você organiza um Plano de Atendimento Educacional Especializado? Descreva o Plano em suas etapas:

“O atendimento é individual, preferencialmente no contra turno, com 2 horas para cada aluno, entre 1 ou 2 vezes na semana, dependendo da demanda de alunos para a sala de recursos”.

Pletsch e Glat (2012, p.34) apresentam o Plano Educacional Individualizado -PEI como:

Instrumento de mediação da aprendizagem de alunos em situação de deficiência, onde por meio desta estratégia que possibilita aos alunos em situação de deficiência obter os conteúdos curriculares, por meio de estratégias elaboradas, em parceria com os professores do ensino regular e da educação especial, planejando juntos ações que atendam às necessidades educacionais dos alunos em situação de deficiência com foco nas suas potencialidades de aprendizagem e não na sua dificuldade.

O Artigo 9º da Resolução nº 4/2009 traz uma determinação sobre o Plano Educacional Individualizado - PEI:

A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento (BRASIL, 2009).

As recomendações do MEC determinam que as escolas devam especificar no Plano do AEE a carga horária e os dias da semana em que ocorre. Mas não há na legislação uma carga horária mínima exigida, porém as atribuições do professor são muitas. Desse modo e, diante dos desafios da inclusão escolar concluímos que essas atividades precisam de um tempo mais significativo para serem desenvolvidas, pois além da elaboração do Plano Atendimento Educacional Especializado - PEI, o professor do AEE tem outras atribuições, como:

O professor do AEE é responsável por: I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos de acessibilidade e estratégias

considerando as necessidades específicas dos alunos público – alvo da Educação Especial;[...] III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais; IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola; [...] VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno; VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação; VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (BRASIL, 2009, Art.9º).

Com a experiência que tive, pude perceber as deficiências que o ensino passa, pois, a escola que estagiei no PGA não possui nenhuma assistência aos professores da sala comum que possuem alunos inclusos e nem Sala de Recursos Multifuncionais, a estrutura da escola é bem limitada.

Questão 3 - Destaque 3 (três) atividades ou programas desenvolvidos na sala de recursos multifuncionais para os alunos da Educação Infantil

“Atividades Lúdicas, interação de conceitos da sala regular com utilização de recursos e materiais pedagógicos concretos (jogos, brincadeiras, histórias, artes, música, entre outros).”

Atividades complementares possuem tanta importância quanto atividades na sala de aula comum, a falta da Sala de Recursos Multifuncionais e outros suportes pedagógicos para o professor limita o aprendizado da criança com deficiência ou transtorno global do desenvolvimento.

Questão 4 - Na sua opinião, o que deveria ser priorizado pela Secretaria de Educação no assessoramento pedagógico às escolas com Classe Especial ou alunos inclusos?

“A inclusão propriamente dita, onde todas as escolas pudessem ter disponível uma Sala de Recursos Multifuncionais”.

Para que a inclusão aconteça de fato, a Secretaria de Educação precisa capacitar professores, mediadores, disponibilizar espaços físicos adaptados e

apropriados para se desenvolver atividades com as crianças, mas também cursos de capacitação, dentre outros aspectos.

De acordo com o Art. 5º do Decreto 7611/2011, no que se refere ao AEE e às Salas de Recursos Multifuncionais:

Art. 5º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, Municípios e Distrito Federal [...]. § 2º I - aprimoramento do atendimento educacional especializado já ofertado; II - implantação de salas de recursos multifuncionais; III - formação continuada de professores, inclusive para o desenvolvimento da educação bilíngue para estudantes surdos ou com deficiência auditiva e do ensino do Braille para estudantes cegos ou com baixa visão; IV - formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação na perspectiva da educação inclusiva, particularmente na aprendizagem, na participação e na criação de vínculos interpessoais; V - adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade; VI - elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade [...] (BRASIL, 2011).

Observando o que é mencionado nesse trecho do Decreto, entendemos que a Sala de Recursos Multifuncionais é importante, mas não resolve o problema da inclusão escolar, porque se a escola tiver só isso e não existirem os outros recursos como professores qualificados, prédios adaptados, dentre outros, pouca coisa pode ser feita pela criança que está em processo de inclusão na sala de aula comum.

A compreensão da inclusão escolar é reforçada pela abordagem de Mendes e Malheiro (2012, p. 56) ao explicarem o seguinte:

O princípio de inclusão escolar, apesar de ser um conceito de difícil operacionalização, implica necessariamente na escolarização de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais na classe comum, para onde elas iriam se não fossem consideradas diferentes. Entretanto, como elas têm necessidades diferenciadas se supõe que o ensino comum ministrado a todos não é suficiente para responder a suas necessidades educacionais especiais, e por isso elas irão demandar além do ensino comum um apoio para seu processo de escolarização.

Compreendemos que as dificuldades vivenciadas no Estágio do PGA, como mediadora da criança do transtorno do espectro do autismo, somadas aos depoimentos das professoras da Escola de Itacoatiara/Am mostrando as falhas do processo de inclusão escolar, não podem se tornar apenas mais um relato de um caso sem solução.

Pelo que foi possível entender, a parceria da SEMED/Manaus com o Instituto Ayrton Sena (IAS) para a realização do PGA significa mais uma forma de transferir dinheiro da escola pública para as empresas privadas que se beneficiam de acordos

políticos para enriquecer e, com isso também compreendo o motivo de não terem muita preocupação com a formação especializada dos professores e mediadores da Escola do PGA. Esse dinheiro que vai para a empresa privada deveria ser aplicado nas duas Escolas e em tantas outras que se encontram na mesma situação ou pior, como as da periferia que nem banheiro decente tem para as crianças.

Diante disso, Lima (2018, p. 212) nos convida a sermos professores pesquisadores atuantes na escola e nos movimentos sociais:

Cabe a nós continuarmos travando lutas diárias com nossos pares, intervindo na formação de profissionais da educação que integrem os movimentos sociais para manter viva essa capacidade de indignar-se, vigiar e agir no coletivo em favor da valorização da escola pública e democratização da educação, da qual a inclusão escolar é parte integrante. Caso contrário, o Brasil será comparado àquele jovem adulto competente e promissor que se entregou aos desígnios do envelhecimento precoce e, embora podendo recorrer aos benefícios da ciência, conformou-se com a visão turva, equivocada e em perspectiva. Isso significaria, para o País, perder a condição de transformar seu potencial em capacidade real.

Na Escola do PGA e na Escola pesquisada, a inclusão escolar não acontece, mas precisamos refletir que, em breve, poderemos atuar nessas escolas ou em outras com uma história bem parecida. Então, essa citação é um convite para continuarmos investindo na formação e participando de eventos, para aprender mais e colaborar com a educação pública na minha cidade ou em qualquer outro lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este trabalho consideramos satisfatórios os resultados em relação ao objetivo geral da pesquisa que foi contextualizar como tem sido construída a formação docente para a inclusão escolar a partir das vivências do Estágio na Educação Infantil. Nesse sentido, ressaltamos que a inclusão escolar observada no Estágio ainda está longe do que é estabelecido na legislação brasileira, pois a escola necessita de uma reestruturação para atendimento das particularidades de seus alunos.

Essa distância entre a lei e a realidade da inclusão escolar é caracterizada, principalmente, por falta de estrutura física como Sala de Recursos Multifuncionais; materiais didáticos específicos para uso nesse processo de inclusão escolar e qualificação de pessoal. A exemplo dessa falta de pessoal especializado, cito a vivência como mediadora pedagógica de uma criança do transtorno do espectro do autismo na Educação Infantil, pois fui inserida nas atividades sem ter feito cursos e sem nenhum acompanhamento por conta da Secretaria Municipal de Educação.

Em referência ao contato com as professoras da Educação Infantil da Escola em Itacoatiara - AM, notamos que a percepção de inclusão se encontra inteiramente absorvida pelas docentes, pois sabem claramente o que precisa ser feito para que de fato a inclusão escolar aconteça. Porém, no dia a dia da escola as dificuldades são mencionadas como sem solução, aparentando um certo comodismo delas diante do descaso do governo com os alunos em geral, mas, principalmente com o público alvo da Educação Especial que tem direito à escolarização na sala de aula comum da escola regular.

Com o direito à matrícula, à permanência e a aprendizagem na escola assegurado a todos os alunos, deve-se garantir também as condições de prosseguirem seus estudos de forma digna, onde consigam desenvolver suas potencialidades nas diferentes etapas da vida.

A realização desta monografia tem um significado marcante para minha vida, pois é o fechamento de um ciclo e início de uma vida profissional. Esse curso em especial é muito importante por ser o mesmo que minha mãe se formou, então foi algo muito desejado por ambas. Pretendo dar continuidade aos estudos e especializações sempre nesse percurso da Educação Especial Inclusiva e realizar projetos voltado para esse tema.

A contribuição dos autores e dos documentos foi fundamental para esclarecer muitas dúvidas em relação aos conceitos e fundamentos da Educação Infantil, da Educação Especial e da Inclusão Escolar.

As experiências no Estágio Supervisionado I na Educação Infantil, no Estágio remunerado no PGA e o contato com as professoras da Escola de Itacoatiara (embora sendo reduzido por conta da Pandemia) trouxeram conhecimentos importantes para minha trajetória acadêmica e profissional, porque sem esse convívio no ambiente escolar seria impossível desenvolver a relação entre teoria e prática para compreender a realidade das escolas e, principalmente, das crianças.

Esperamos que essa singela produção monográfica possa alcançar outros alunos da graduação e os professores que trabalham com as crianças da Educação Infantil que são o público alvo da Educação Especial. E assim sejamos parceiros nas discussões e na luta em favor da inclusão escolar.

REFERÊNCIAS

BEYER, Hugo Otto. O. **A Educação Inclusiva: incompletudes escolares e perspectivas de ação**. Cadernos de Educação Especial, Santa Maria, n. 22, p. 3344, 2003.

BRASIL, Governo Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. – Brasília, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. – Brasília: MEC/SEB, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>. Acesso em 10 de junho de 2021.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**, modalidade Educação Especial, instituída pela Resolução CNE/CEB 04/2009. Brasília, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. - Brasília: MEC/SEB, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Presidência da República/Casa Civil/ Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Nota Técnica nº 04/2013/MEC/SECADI/DPEE**. – Brasília: MEC/DPEE, 2013.

BRASIL, Governo Federal. **Lei nº 13.136, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. – Brasília, 2015.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Indicadores da qualidade na Educação Infantil**. - Brasília: MEC/SEB, 2018.

GLAT, R. & PLETSCH, M. D. **Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

LIMA, Osmarina Guimarães de. Prática de Ensino e Pesquisa: o processo formativo do professor pesquisador. In: GHEDIN et al (Orgs.). **Estágio na Formação de Professores: diferentes olhares**. Manaus: Gráfica e Editora Raphaela Ltda, 2006.

LIMA, Osmarina G. **Relação entre a Rede Municipal de Ensino e o Terceiro Setor**

para a Escolarização das Pessoas com Deficiência em Manaus. Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE- Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Amazonas. Tese de Doutorado. Manaus/Am, 2018.

MANAUS, Secretaria Municipal de Educação. **Educadores recebem formação da prefeitura.** In: SEMED/Manaus. Disponível em: <https://semed.manaus.am.gov.br/educadores-do-programa-de-gestao-da-alfabetizacao-recebem-formacao-da-prefeitura/>. Acesso em 10 de junho de 2021.

MANAUS, Secretaria Municipal de Educação. **Prefeitura de Manaus garante funcionamento da Educação Especial de forma remota.** In: SEMED/Manaus. Disponível em: <https://semed.manaus.am.gov.br/prefeitura-de-manaus-garante-funcionamento-da-educacao-especial-de-forma-remota/>. Acesso em 18 de junho de 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MARIN, M. BRAUN, P. **Ensino Colaborativo como prática de inclusão escolar.** In: Glat, R. Pletsch, M. D. Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais. Rio de Janeiro, 2013.

MENDES, Enicéia Gonçalves; MALHEIRO, Cícera A. Lima In: MIRANDA, Therezinha G.; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares.** Salvador: EDUEFBA, 2012.

MUBARAC SOBRINHO, Roberto S. A Organização do Trabalho Pedagógico e as Políticas de Educação Infantil no Brasil: Desafios e Perspectivas. X Congresso Internacional de Sociologia da Educação. Braga - Portugal, 2014.

PIMENTA, S.G. (org.). **O Estágio e a Docência.** São Paulo: Cortez, 2004.

SAMPAIO, Cristiane T.; SAMPAIO, Sônia Maria R. **Educação inclusiva: o professor mediando para a vida** / CRISTIANE T. SAMPAIO, SÔNIA MARIA R. SAMPAIO. - SALVADOR: EDUFBA, 2009.

SANTOS, Simone Cardoso dos. **A Importância do Lúdico no Processo Ensino-Aprendizagem.** Monografia de Especialização. Santa Maria, RS, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br>. Acesso em 20 de junho de 2021.

SILVA, Wanda Lúcia Borsato da. **Mediação Pedagógica e Inclusão Escolar: perfil, papel e atuação do mediador-estagiário na Rede Municipal de Ensino de Petrópolis.** Petrópolis/RJ, 2017.

APÊNDICE - A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
ESCOLA NORMAL SUPERIOR – ENS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE**

Eu _____ Portador do RG. Nº _____, CPF: _____ aceito participar da pesquisa intitulada "ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: INQUIETAÇÕES E REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR" desenvolvida pela acadêmica/pesquisadora ANIELE CRISTINY VALENTE RIBEIRO com o objetivo de "Contextualizar como tem sido construída a formação docente para a inclusão escolar a partir das vivências do Estágio na Educação Infantil" e permito que obtenha fotografia, filmagem ou gravação de minha pessoa para fins de pesquisa científica. Tenho conhecimento sobre a pesquisa e seus procedimentos metodológicos. Autorizo que o material e informações obtidas possam ser publicados em aulas, seminários, congressos, palestras ou periódicos científicos. Porém, não deve ser identificado por nome em qualquer uma das vias de publicação ou uso. As fotografias, filmagens e gravações de voz ficarão sob a propriedade do pesquisador pertinente ao estudo e, sob a guarda dos mesmos.

Itacoatiara ___/___/ 2021

Assinatura do Participante

APÊNDICE - B - QUESTIONÁRIO PARA A COORDENADORA DA ESCOLA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA ESCOLA NORMAL SUPERIOR - ENS CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Questionário para a Coordenadora da Escola

Prezada Coordenadora:

O presente questionário faz parte da minha pesquisa de monografia do Curso de Pedagogia. Nesse sentido, solicito valiosa colaboração respondendo às questões sobre a realidade da inclusão escolar. Desde já agradeço, esclarecendo que os dados fornecidos serão utilizados somente para fins da pesquisa e que os nomes da Escola e de seus profissionais serão mantidos em sigilo.

Atenciosamente

Aniele Cristiny Valente Ribeiro

Com referência aos aspectos Acadêmico-Profissionais:

01. Formação:
02. Faixa-etária: () 30 a 39 anos; () 40 a 49 anos ;() Mais de 50 anos
03. Tempo de experiência na docência:
04. Níveis de Ensino em que atua ou já atuou como docente (pode marcar mais de uma opção):
() Educação Infantil () Anos Iniciais do Ensino Fundamental () E.J.A () outros.
05. Tempo de experiência na Coordenação Pedagógica
06. Tempo de experiência na Educação Especial: Docência _____ Coordenação _____
07. Assinale a alternativa que representa sua formação em cursos na área da Educação Especial(pode marcar mais de uma opção):
() Nenhuma
() Cursos de formação continuada de 10 a 40 horas

- () Cursos de aperfeiçoamento com carga horária de 60 a 120 horas
- () Curso de Especialização. Qual?
- () Outros. Especificar

Caracterização da Educação Especial na Escola:

08. A Escola possui:

- a) () Classe Especial. Em qual turno? _____ Quantos alunos? _____
- b) () alunos inclusos? Quantos em cada Turma regular? __ Em qual turno?
- c) () Sala de Recursos Multifuncionais? Em qual turno funciona?

09. Qual a formação específica da professora da Sala de Recursos Multifuncionais:(

-) Nenhuma
- () Cursos de formação continuada de 10 a 40 horas
- () Cursos de aperfeiçoamento com carga horária de 60 a 120 horas
- () Curso de Especialização. Qual? _____
- () Outros. Especificar

10. Destaque 3 (três) atividades ou programas desenvolvidos no Atendimento Educacional Especializado (AEE) para os alunos da Educação Especial Infantil:

11. Qual a formação na área da Educação Especial dos professores da sala de aula comum que possuem alunos inclusos:

- () Nenhuma
- () Cursos de formação continuada de 10 a 40 horas
- () Cursos de aperfeiçoamento com carga horária de 60 a 120 horas
- () Curso de Especialização. Qual? _____
- () Outros. Especificar

12. Quantos alunos por tipo de deficiência/transtorno a Escola possui no geral:

- a) Deficiência Física
- b) Deficiência Auditiva
- c) Deficiência Visual
- d) Deficiência Intelectual
- e) Deficiência Múltipla
- f) Autismo

g) Outros transtornos. Especificar tipo e quantidade de alunos. _____

13. Marque o suporte que a Escola recebe da Secretaria de Educação no que se refere à Educação Especial e Inclusão Escolar:

Nenhum

Formação Continuada de Professores

Avaliação dos alunos da Educação Especial por uma equipe multiprofissional: Pedagogia, Psicopedagogia, Psicologia, Assistência Social, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Medicina.

Assessoramento pedagógico regular na Escola (quinzenal, mensal)

Articulação intersetorial para complementação de apoio à família e encaminhamento do aluno aos serviços públicos (Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Trabalho e Emprego etc)

14. Sobre o Assessoramento Pedagógico na Educação Especial/Inclusão Escolar, qual a maior necessidade da Escola no momento? O que a Escola tem feito para tentar suprir essa necessidade?

15. Na sua opinião, quais os principais desafios da inclusão escolar e como ela deveria ser desenvolvida na Educação Infantil?

Muito obrigada!

**APÊNDICE - C - QUESTIONÁRIO PARA A PROFESSORA DA SALA DE AULA
COMUM**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA
ESCOLA NORMAL SUPERIOR - ENS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

Questionário para a Professora da Sala de Aula Comum

Prezada Professora:

O presente questionário faz parte da minha pesquisa de monografia do Curso de Pedagogia. Nesse sentido, solicito valiosa colaboração respondendo às questões sobre a realidade do seu trabalho na Sala de Aula Comum. Desde já agradeço, esclarecendo que os dados fornecidos serão utilizados somente para fins da pesquisa e que os nomes da Escola e de seus profissionais serão mantidos em sigilo.

Atenciosamente,

Aniele Cristiny Valente Ribeiro

Com referência aos aspectos Acadêmico-Profissionais:

01. Formação:

02. Faixa-etária: () 30 a 39 anos; () 40 a 49 anos ;() Mais de 50 anos

03. Tempo de experiência na docência:

04. Níveis de Ensino em que atua ou já atuou como docente (pode marcar mais de uma opção): () Educação Infantil () Anos Iniciais do Ensino Fundamental () E.J.A () Outros.

05. Tempo de docência com alunos da Educação Especial:

06. Assinale a alternativa que representa sua formação em cursos na área da Educação Especial (pode marcar mais de uma opção):

() Nenhuma

- Cursos de formação continuada de 10 a 40 horas
- Cursos de aperfeiçoamento com carga horária de 60 a 120 horas
- Curso de Especialização. Qual?
- Outros. Especificar

Caracterização das atividades docentes na sala de aula comum:

07. Qual o seu nível de interação com a professora da Sala de Recursos Multifuncionais em relação ao planejamento das atividades e acompanhamento dos alunos da Educação Especial?

- Nenhum. Nosso contato é diretamente com a Coordenação Pedagógica.
- Reunimos no início do ano para planejar juntas e fazemos reuniões bimestrais de ajustes.
- Há pouca interação, pois sempre estamos muito atarefadas.

08. Qual a diferença entre o seu trabalho com os alunos da Educação Especial e o trabalhodesenvolvido pela professora da Sala de Recursos Multifuncionais?

09. Qual o total de alunos na sua Turma?

10. Quais os perfis dos alunos da Educação Especial que estudam na sua Turma?

Assinale umaou mais alternativas:

- Aluno com deficiência mental/intelectual. Quantos? ____
- Aluno com baixa visão. Quantos?
- Aluno cego. Quantos?
- Aluno com deficiência auditiva. Quantos? ____
- Aluno com surdez. Quantos?
- Aluno com deficiência física. Quantos?
- Aluno com deficiência múltipla. Quantos? _____
- Aluno com surdocegueira. Quantos?
- Aluno com transtorno global do desenvolvimento. Quantos? ____
- Outros/Quais e quantos?

11. Em qual turno seus alunos da Educação Especial frequentam a Sala de RecursosMultifuncionais? Assinale apenas uma alternativa:

- Sempre no turno oposto ao da sala de aula comum.

- Sempre no mesmo turno em que frequentam a sala de aula comum.
- Às vezes no mesmo turno da sala de aula comum, às vezes no turno oposto.
12. Quantas vezes por semana seus alunos frequentam a Sala de Recursos Multifuncionais?
- 01 vez por semana
- 02 vezes por semana
- 03 vezes por semana
- todos os dias
13. Marque o suporte que a Escola recebe da Secretaria de Educação no que se refere à Educação Especial e Inclusão Escolar:
- Nenhum
- Formação Continuada de Professores
- Avaliação dos alunos por uma equipe multiprofissional: Pedagogia, Psicopedagogia, Psicologia, Assistência Social, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Medicina.
- Assessoramento pedagógico regular na Escola (quinzenal, mensal)
- Articulação intersetorial para complementação de apoio à família e encaminhamento do aluno aos serviços públicos (Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria Trabalho e Emprego etc).
14. Na sua opinião, o que deveria ser priorizado pela Secretaria de Educação no assessoramento pedagógico às escolas com Classe Especial ou alunos inclusos?

Muito obrigada!

**APÊNDICE – D – QUESTIONÁRIO PARA A PROFESSORA DA SALA DE
RECURSOS MULTIFUNCIONAIS**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONASEScola Normal Superior
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Questionário para a Professora da Sala de Recursos Multifuncionais

Prezada Professora:

O presente questionário faz parte da minha pesquisa de monografia do Curso de Pedagogia. Nesse sentido, solicito valiosa colaboração respondendo às questões sobre a realidade do seu trabalho na Sala de Recursos Multifuncionais. Desde já agradeço, esclarecendo que os dados fornecidos serão utilizados somente para fins da pesquisa e que os nomes da Escola e de seus profissionais serão mantidos em sigilo.

Atenciosamente

Aniele Cristiny Valente Ribeiro

Com referência aos aspectos Acadêmico-Profissionais:

01. Formação:
02. Faixa-etária: () 30 a 39 anos; () 40 a 49 anos ;() Mais de 50 anos
03. Tempo de experiência na docência:
04. Níveis de Ensino em que atua ou já atuou como docente (pode marcar mais de uma opção):
() Educação Infantil () Anos Iniciais do Ensino Fundamental () E.J.A
() outros.
05. Tempo de docência na Educação Especial:
06. Tempo de experiência na Sala de Recursos Multifuncionais:
07. Assinale a alternativa que representa sua formação em cursos na área da Educação Especial(pode marcar mais de uma opção):
() Nenhuma
() Cursos de formação continuada de 10 a 40 horas
() Cursos de aperfeiçoamento com carga horária de 60 a 120 horas

- () Curso de Especialização. Qual?
- () Outros. Especificar

Caracterização das atividades do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Sala de Recursos Multifuncionais:

08. Qual o seu nível de interação com a professora da sala de aula comum em relação ao planejamento das atividades e acompanhamento dos alunos na Sala de Recursos Multifuncionais?

- () Nenhum. Nosso contato é diretamente com a Coordenação Pedagógica.
- () Reunimos no início do ano para planejar juntas e fazemos reuniões bimestrais de ajustes.
- () Há pouca interação, pois sempre estamos muito atarefadas.

09. Qual a diferença entre o seu trabalho na Sala de Recursos Multifuncionais e o trabalho desenvolvido pela professora de sala de aula comum?

10. Como você organiza um Plano de Atendimento Educacional Especializado? Descreva o Plano em suas etapas:

11. Quais os perfis dos alunos atendidos por você na sala de recursos multifuncionais? Assinale uma ou mais alternativas:

- () Aluno com deficiência mental/intelectual. Quantos? ____
- () Aluno com baixa visão. Quantos?
- () Aluno cego. Quantos?
- () Aluno com deficiência auditiva. Quantos? ____
- () Aluno com surdez. Quantos?
- () Aluno com deficiência física. Quantos?
- () Aluno com deficiência múltipla. Quantos? _____
- () Aluno com surdocegueira. Quantos?
- () Aluno com transtorno global do desenvolvimento. Quantos? ____
- () Outros/Quais e quantos?

12. Em qual turno os alunos frequentam a sala de recursos multifuncionais?

Assinale apenas uma alternativa:

- Sempre no turno oposto ao da sala de aula comum.
 Sempre no mesmo turno em que frequentam a sala de aula comum.
 Às vezes no mesmo turno da sala de aula comum, às vezes no turno oposto.

13. Em qual atividade da Sala de Recursos Multifuncionais você dedica mais tempo:

Assinale uma alternativa:

- atendimento ao aluno.
 na produção de materiais.
 articulação com o professor da sala de aula comum. planejamento de AEE.
 atendimento às famílias.
 outros.

14. Destaque 3 (três) atividades ou programas desenvolvidos na sala de recursos multifuncionais para os alunos da Educação Infantil:

15. Marque o suporte que a Escola recebe da Secretaria de Educação no que se refere à Educação Especial e Inclusão Escolar:

- Nenhum
 Formação Continuada de Professores
 Avaliação dos alunos por uma equipe multiprofissional: Pedagogia, Psicopedagogia, Psicologia, Assistência Social, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Medicina.
 Assessoramento pedagógico regular na Escola (quinzenal, mensal)
 Articulação intersetorial para complementação de apoio à família e encaminhamento do aluno aos serviços públicos (Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria Trabalho e Emprego etc)

16. Na sua opinião, o que deveria ser priorizado pela Secretaria de Educação no assessoramento pedagógico às escolas com Classe Especial ou alunos inclusos?

17. Marque as alternativas que correspondem aos materiais/equipamentos da Sala de Recursos Multifuncionais onde você trabalha:

Materiais / Equipamentos da Sala de Recursos Multifuncionais	Tem	Não Tem	Utilizo	Não Utilizo	Conheço	Não conheço

02 Microcomputadores com gravador de CD, leitor de DVD						
02 Estabilizadores						
Lupa Eletrônica						
Scanner						
Impressora laser						
Teclado com colmeia						
Mouse com entrada para acionador						
Acionador de pressão						
Bandinha Rítmica						
Dominó						
Material Dourado						
Esquema Corporal						
Memória de Numerais						
Tapete quebra-cabeça						
Software para comunicação alternativa						
Sacolão Criativo						
Quebra cabeças sobrepostos (sequência lógica)						
Dominó de animais em Língua de Sinais						
Memória de antônimos em Língua de Sinais						
Lupa manual, Lupa Conta - Fio Dobrável e Lupade Régua						
Dominó com Textura						
Plano Inclinado – Estante para Leitura						
Mesa redonda						
Cadeiras para computador						
Cadeiras para mesa redonda						

Armário de aço						
Mesa para computador						
Mesa para impressora						
Quadro melamínico						
Impressora Braille						
Máquina Braille						
Reglete de Mesa						
Punção						

Outros materiais/equipamentos existentes que não constam nessa lista:

Muito obrigada!